



REDE ENERGIA S.A.

CNPJ/MF nº 61.584.140/0001-49

NIRE nº 35.300.029.780

Companhia Aberta

São Paulo, 14 de abril de 2010.

Aos Srs. Acionistas da **REDE ENERGIA S.A.**

PROPOSTAS DA ADMINISTRAÇÃO

A administração da Companhia vem submeter as seguintes propostas à apreciação de V.Sas., reunidos em Assembléia Geral Ordinária, conforme Edital de Convocação abaixo transcrito:

**“EDITAL DE CONVOCAÇÃO
ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA**

Ficam convocados os senhores acionistas a se reunirem em Assembleia Geral Ordinária, que se realizará no dia 29 de abril de 2009, às 11:00 horas, na sede social, na Avenida Paulista nº 2439 - 5º andar – São Paulo - SP, para deliberarem sobre a seguinte ordem do dia:

- a) Exame, discussão e aprovação do Relatório da Administração e das Demonstrações Financeiras, acompanhadas do Parecer dos Auditores Independentes, referentes ao exercício social encerrado em 31.12.2009;
- b) Aprovação da destinação do resultado do exercício;
- c) Eleição dos membros do Conselho de Administração;
- d) Eleição e fixação da remuneração dos membros do Conselho Fiscal;
- e) Fixação da remuneração dos administradores para o exercício de 2010; e
- f) Alteração do *caput* do artigo 19 e parágrafos 1º ao 7º do artigo 21 do Estatuto Social a fim de adequar os cargos da Diretoria Executiva.

Nos termos das Instruções CVM nº 165/91, 282/98 e 481/09, informa-se que os acionistas representando, no mínimo, 5% (cinco por cento) do capital votante da Companhia poderão requerer a adoção do processo de voto múltiplo para eleição de membros do Conselho de Administração.

Os documentos pertinentes à ordem do dia encontram-se à disposição dos senhores acionistas da Companhia, em sua sede social, bem como através das páginas da Comissão de Valores Mobiliários – CVM (www.cvm.gov.br) e da BM&Fbovespa – Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros S.A. (www.bmfbovespa.com.br).

O acionista, seu representante legal ou procurador deverá comparecer à Assembleia munido dos documentos hábeis de sua identidade e/ou representatividade, bem como de comprovante expedido pela instituição financeira depositária das ações de sua titularidade ou em custódia. A representação por procuração deverá obedecer às determinações do § 1º do art. 126 da Lei nº 6.404/76.”

Para facilitar a consulta e o manuseio, a administração da Companhia consolida, neste documento, todas as informações e documentos que devam ser disponibilizados a V.Sas., quais sejam:

Nº	Informação e/ou Documento	Página
1.	Comentários dos Administradores	3
2.	Destinação dos Resultados	53
3.	Eleição de Membros dos Conselhos de Administração e Fiscal	60
4.	Remuneração dos Administradores e Conselheiros	79
5.	Reforma do Estatuto Social para Adequar os cargos da Diretoria Executiva	93



1. COMENTÁRIOS DOS ADMINISTRADORES SOBRE A SITUAÇÃO FINANCEIRA DA COMPANHIA

(Nos termos do item 10 do Formulário de Referência,
Anexo 24 da Instrução CVM nº 480/2009).
(Valores expressos em milhares de reais)

10. Comentários dos Diretores

10.1. Os diretores devem comentar sobre:

a. condições financeiras e patrimoniais gerais

A REDE ENERGIA S.A. ("Companhia") é uma *holding* onde são consolidadas as informações financeiras das empresas por ela controladas direta e indiretamente, sendo nove distribuidoras de energia elétrica, duas geradoras, uma comercializadora de energia, uma prestadora de serviços, uma empresa de bio energia e duas outras holdings, conforme apresentado abaixo:

Distribuidoras:

Caiuá Distribuição de Energia S.A. ("CAIUÁ")
Centrais Elétricas do Pará S.A. ("CELPA")
Centrais Elétricas Matogrossenses S.A. ("CEMAT")
Cia de Energia Elétrica do Estado do Tocantins ("CELTINS")
Cia Força e Luz do Oeste ("CFLO")
Cia Nacional de Energia Elétrica ("CNEE")
Empresa de Distribuição de Energia Vale Paranapanema S.A. ("EDEV")
Empresa Elétrica Bragantina S.A. ("EEB")
Empresa Energética de Mato Grosso do Sul ("ENERSUL")

Geradoras:

Tangará Energia S.A. ("TANGARÁ") e Juruena Energia S.A. ("Juruena");

Outros serviços:

Rede Comercializadora de Energia S.A. ("REDECOM")

Rede Eletricidade e Serviços S.A. ("REDESERV")

Bio Energia:

Vale do Vacaria Açúcar e Álcool S.A. ("VALE DO VACARIA")¹

Holdings:

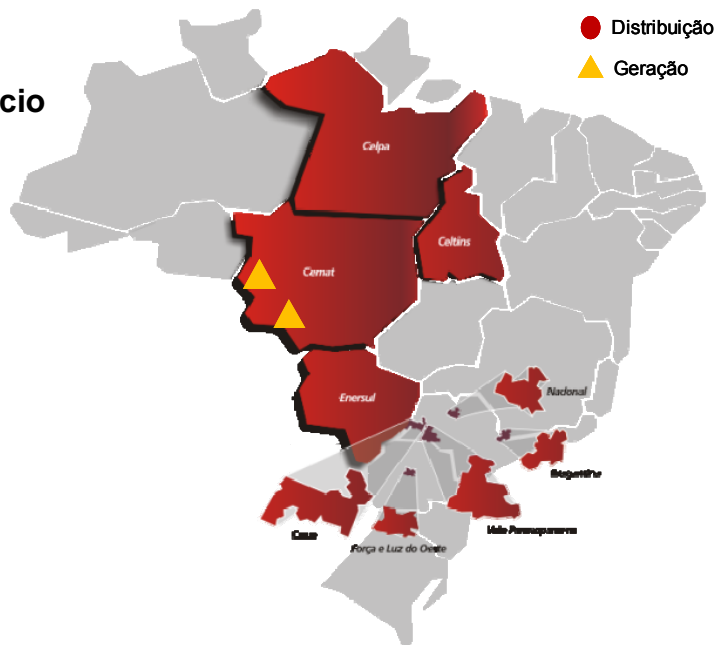
QMRA Participações S.A. ("QMRA")

Rede Power do Brasil S.A. ("REDE POWER")

Rede Sul/SE:

É um nome utilizado para designar a unidade de negócio formada pela combinação de cinco distribuidoras, que atuam nas Regiões Sul e Sudeste do Brasil : CAIUÁ, EDEVP, EEB, CNEE e CFLO.

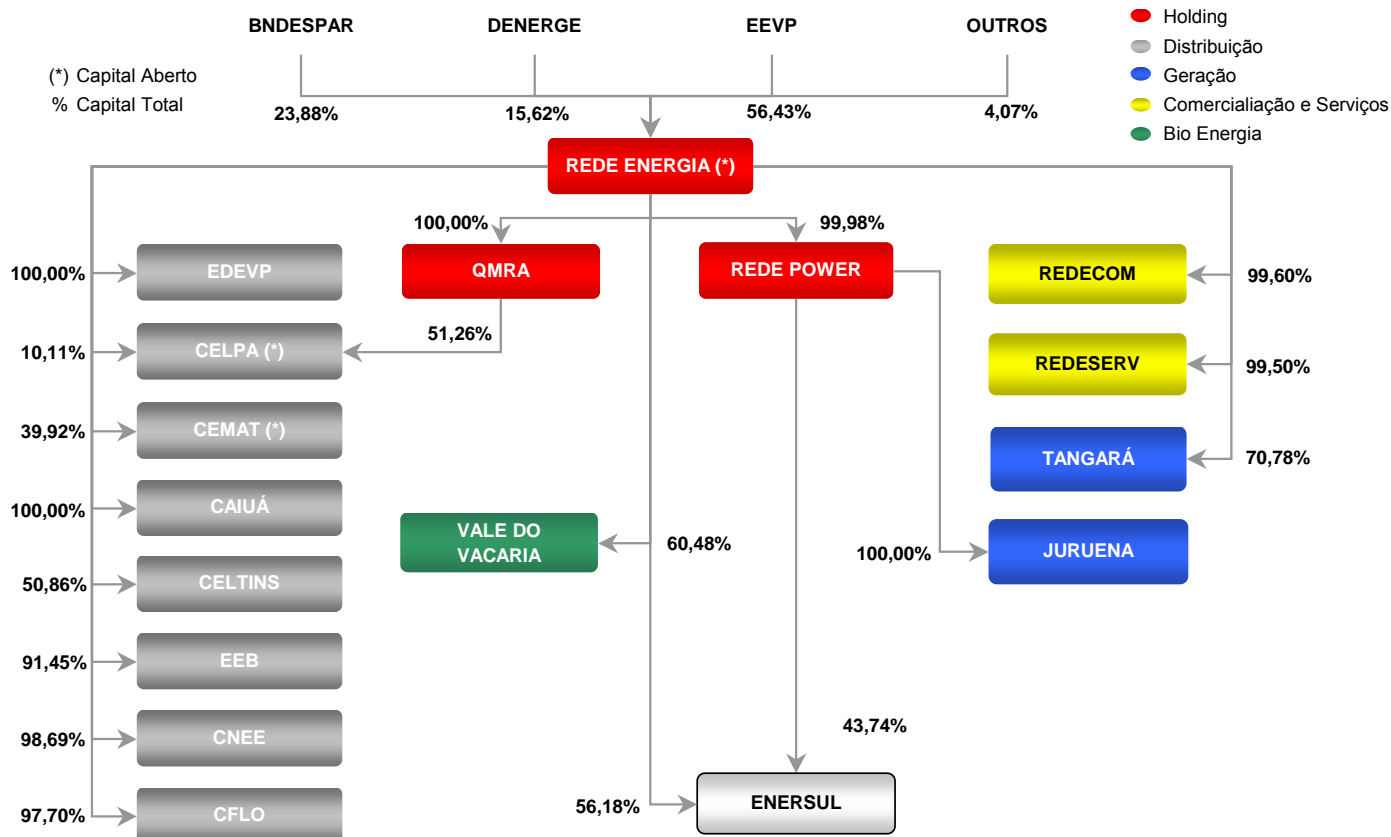
Área de Negócio



¹ Trata-se de um estudo de viabilidade na área de bio energia, ainda sob análise.

Estrutura Societária

A REDE ENERGIA encerrou o exercício social de 2009 com a seguinte estrutura societária:



Substancialmente todas as nossas operações são realizadas no Brasil, razão pela qual nossos resultados operacionais e situação financeira são diretamente afetados pelas condições econômicas gerais do país, em especial, pelas taxas de inflação, taxas de juros, políticas governamentais, flutuações do câmbio e políticas tributárias.

Desde o início do Plano Real, em 1993, o Brasil tem evoluído para um quadro de estabilidade econômica, o que faz com que os agentes econômicos tenham expectativas favoráveis para o futuro do País. A manutenção da estabilidade



monetária tem sido acompanhada pelo crescimento gradual, porém sustentado, da economia.

Nos anos recentes, o crescimento do PIB teve como principais fatores determinantes o bom desempenho do setor exportador e o aumento da demanda interna. O PIB brasileiro teve um aumento de 5,7% em 2007, de 5,1% em 2008 e uma queda de 0,2% em 2009, não obstante a conjuntura mundial adversa que levou a resultados bem mais negativos em outros países nesse ano. A taxa básica de juros em curto prazo (ajustada pelo BACEN em relação ao índice SELIC) reduziu, considerando o último dia de cada ano, de 18,5% em 2005, para 13,2% em 2006, 11,2% em 2007, 13,7% em 2008 e 8,7% em 2009.

A Companhia opera predominantemente nas regiões Centro-Oeste e Norte do Brasil (representando 82,2% da receita operacional bruta da Companhia gerada pelas atividades de distribuição de energia no exercício encerrado em 31 de dezembro de 2009) e o crescimento econômico nessas regiões pode ser o fator de maior impacto na demanda por energia elétrica e nos resultados operacionais da Companhia.

A distribuição de energia elétrica nas áreas de concessão da Companhia mostra uma forte correlação com o crescimento e desenvolvimento das economias nos Estados do Pará, Tocantins, Mato Grosso e Mato Grosso do Sul, uma vez que a base de clientes é, em grande parte, composta por clientes residenciais cativos nesses Estados. O consumo de energia nos Estados do Pará, Tocantins, Mato Grosso aumentou em média 4,4%, 7,4%, 7,4% ao ano, respectivamente, de 2007 a 2009, Somando o consumo da Enersul desde setembro de 2008 ao consumo das demais distribuidoras da região Norte e Centro Oeste o crescimento médio foi na ordem de 19,2%. Em nossas concessionárias da região Norte e Centro Oeste teve um aumento médio maior do que a média nacional de consumo elétrico, que foi de 1,3% de 2007 a 2009. Além disso, a Companhia acredita que esses estados possuem um significativo potencial para desenvolvimento econômico que, a seu ver, se traduzirá em um potencial de crescimento na demanda por energia elétrica.

Inclusive, o PAC, criado pelo Governo Federal, tem como objetivo a aceleração do crescimento econômico, o aumento do emprego e a melhoria das condições de vida da população brasileira, incluindo os Estados do Pará, Tocantins, Mato Grosso e Mato Grosso do Sul. O PAC consiste em um conjunto de medidas destinadas a incentivar o investimento privado, aumentar o investimento público em infra-estrutura e remover obstáculos burocráticos, administrativos, normativos, jurídicos e legislativos, ao crescimento. Por meio do PAC, estima-se um investimento total da ordem de R\$49,6 bilhões, dos quais R\$14,2 bilhões, R\$12,4 bilhões, R\$7,0 bilhões e R\$16,0 bilhões, respectivamente, serão destinados aos Estados do Tocantins, Mato Grosso, Mato Grosso do Sul e Pará, até 2010, distribuídos nos setores de logística, energia, social e urbano.

A administração acredita que a Companhia tem condições financeiras para arcar com suas despesas financeiras e pagar seu respectivo endividamento. Adicionalmente, a diretoria acredita que a geração de lucro no valor de R\$ 20,3 milhões no exercício encerrado em dezembro de 2009, mostra que os resultados operacionais (exceto marcação a mercado do bônus perpétuo) da Companhia aprimoraram-se frente a 31/12/2008.

b. estrutura de capital e possibilidade de resgate de ações ou quotas, indicando:

O capital social é de R\$ 714.552.105,06 (setecentos e quatorze milhões, quinhentos e cinquenta e dois mil, cento e cinco reais e seis centavos), integralmente realizado e dividido em 322.075.470 (trezentas e vinte e dois milhões, setenta e cinco mil, quatrocentas e setenta) ações nominativas, escriturais, sem valor nominal, sendo 221.157.990 (duzentas e vinte e uma milhões, cento e cinquenta e sete mil, novecentas e noventa) ações ordinárias e 100.917.480 (cem milhões, novecentas e dezessete mil, quatrocentas e oitenta) ações preferenciais.

A Companhia poderá, a qualquer tempo, por deliberação da Assembleia Geral: a) emitir ações ordinárias e preferenciais ou criar classes de ações preferenciais ou aumentar o número de ações preferenciais de classes existentes sem guardar proporção com as espécies e/ou classes de ações já existentes, ou que possam vir a existir, observado o limite de 2/3 (dois terços) do total das ações emitidas para ações preferenciais sem voto ou com voto restrito, que poderão ser ou não resgatáveis e ter ou não valor nominal; b) aprovar o resgate de ações, observado o disposto no artigo 44, parágrafo 6º da Lei 6.404/76, conforme alterada.

A Companhia está autorizada a aumentar o capital social mediante deliberação do Conselho de Administração, independentemente de reforma estatutária, por meio da emissão de ações ordinárias e/ou ações preferenciais, até o limite de 195.000.000 (cento e noventa e cinco milhões) de novas ações, ou seja, até o capital social ser representado por um máximo de 479.266.570 (quatrocentas e setenta e nove milhões, duzentas e sessenta e seis mil, quinhentas e setenta) ações. O Conselho de Administração fixará as condições da emissão, inclusive preço e prazo de integralização.

A Companhia poderá, dentro do limite de capital autorizado no Parágrafo 1º acima e de acordo com plano aprovado pela Assembleia Geral, outorgar opção de compra de ações a seus administradores ou empregados ou a pessoas naturais que prestem serviços à Companhia ou à sociedade sob seu controle.

A critério do Conselho de Administração, poderá ser excluído o direito de preferência, ou ser reduzido o prazo para seu exercício, na emissão de ações, debêntures conversíveis em ações ou bônus de subscrição cuja colocação seja feita mediante venda em bolsa de valores ou por subscrição pública, ou ainda mediante permuta por ações, em oferta pública de aquisição de controle, nos termos estabelecidos em lei.

As ações são escriturais, mantidas em conta de depósito em nome de seus titulares, sem emissão de certificados, nos termos da legislação aplicável. A instituição financeira depositária poderá cobrar do acionista o custo de transferência de propriedade das ações, observados os limites máximos fixados pela Comissão de Valores Mobiliários.

Nos casos de reembolso de ações previstos em lei, o valor de reembolso será o valor de patrimônio líquido contábil das ações, de acordo com o último balanço aprovado pela Assembléia Geral ou com balanço especial, se for o caso e se solicitado, segundo os critérios 26.12.2008 de avaliação do ativo e do passivo fixados na legislação societária e os princípios contábeis geralmente aceitos.

i. hipóteses de resgate

ii. fórmula de cálculo do valor de resgate

Não há possibilidade de resgates de ações de emissão da Companhia além das legalmente previstas.

c. capacidade de pagamento em relação aos compromissos financeiros assumidos

Considerando o perfil de curto e médio prazo do endividamento da Companhia, esta pretende alongar o seu perfil visando adequar a sua capacidade de pagamento do montante principal e juros de suas dívidas com recursos provenientes da sua geração operacional de caixa.

Observando o endividamento, o fluxo de caixa e a posição de liquidez, a Companhia acredita ter liquidez e recursos de capital suficientes para fazer frente à maior parte de seus investimentos, despesas, dívidas e outros valores a serem pagos nos próximos anos, embora não possa garantir que tal situação permanecerá igual. Caso a Companhia entenda necessário contrair empréstimos para financiar seus investimentos, a mesma acredita ter capacidade para contratá-los atualmente.

(R\$ milhões)	2007	2008	2009
Empréstimos, financiamento e debêntures	3.420,4	4.484,7	4.649,5
Total de Disponibilidade(1)	613,3	396,0	414,0
Dívida Líquida(2)	2.807,1	4.088,7	4.235,5

(1) Disponibilidades é a soma dos itens “numerário disponível” e “aplicações no mercado aberto”.

(2) Dívida líquida é a diminuição do item empréstimos, financiamentos e debêntures menos a disponibilidade.

d. fontes de financiamento para capital de giro e para investimentos em ativos não-circulantes utilizadas

Para capital de giro, as recentes captações da Companhia foram: 1. bônus perpétuos no valor de US\$ 575 milhões ao custo de 11,125% a.a., com opção para liquidação em 2012, e 2. Debêntures no valor total de R\$ 370 milhões ao custo de CDI + 3,40% a.a., com liquidação em 6 parcelas semestrais e iguais, sendo a primeira parcela, no 30º mês a contar da data da emissão em dezembro de 2009.

e. fontes de financiamento para capital de giro e para investimentos em ativos não-circulantes que pretende utilizar para cobertura de deficiências de liquidez

A Companhia recorrerá ao mercado financeiro contratando operações em seu benefício, caso a sua geração de caixa não seja suficiente para suprir a sua necessidade de capital de giro e investimentos.

f. níveis de endividamento e as características de tais dívidas, descrevendo ainda:

O saldo dos empréstimos, financiamentos e debêntures da Companhia em 31 de dezembro de 2009 era de R\$ 1.431,9 milhões. Esse saldo, líquido do caixa e aplicações era de R\$ 1.425,0 milhões. Utilizando-se como parâmetro o índice “dívida financeira líquida dividida pela dívida financeira líquida mais patrimônio líquido”, o resultado em 31 de dezembro de 2009 foi de 55,9%.

i. contratos de empréstimo e financiamento relevantes

Para capital de giro, as recentes captações da Companhia foram: 1. bônus perpétuos no valor de US\$ 575 milhões ao custo de 11,125% a.a., com opção para liquidação em 2012, e 2. Debêntures no valor total de R\$ 370 milhões ao custo de CDI + 3,40% a.a.

ii. outras relações de longo prazo com instituições financeiras

BNDES: contratos para investimentos em geração, distribuição e comercialização, sobre os quais incidem juros de 4% e 5% a.a. acima da TJLP, com vencimento final em setembro de 2016.

Capital de Giro: diversos contratos com taxas de juros entre 1,50% e 12,68% ao ano, acrescida de CDI e taxa pré-fixada de 18,45% ao ano, com vencimento da última parcela em dezembro de 2014.

iii. grau de subordinação entre as dívidas

O saldo do endividamento financeiro da Companhia em 31 de dezembro de 2009 era de R\$ 1.431,9 milhões, assim segmentados: (I) R\$ 838,6 milhões ou 54,6% de garantias reais por meio de conta reserva e penhor de ações; R\$ 583,3 milhões ou 40,7% estavam garantidos por aval dos Acionistas Controladores, empresa de Eletricidade Vale Paranapanema S.A. e Denerge-Desenvolvimento Energético S.A. ; e R\$ 10,0 milhões ou 0,7% de garantias quirografárias, ou seja, livres de garantias. O grau de subordinação das dívidas, em relação às suas garantias, será sempre real, flutuante e quirografária, excetuando-se outras legalmente previstas.

iv. eventuais restrições impostas ao emissor, em especial, em relação a limites de endividamento e contratação de novas dívidas, à distribuição de dividendos, à alienação de ativos, à emissão de novos valores mobiliários e à alienação de controle societário

A Companhia utiliza diversos instrumentos financeiros, que exigem, dentre outras, obrigações de manutenção de índices financeiros específicos e/ou o cumprimento



de diversas obrigações de fazer ou não fazer restritivas às suas operações.
Destacam-se:

Bônus Perpetuo

A Companhia deve Manter o seguinte índice financeiro:

- Dívida Financeira Líquida / EBITDA não ultrapassar 4.0x.

Debêntures

A Companhia deve Manter os seguintes índices financeiros:

- Dívida Líquida Consolidada / EBITDA Consolidado de no máximo 3,5x;

- EBITDA Consolidado / Resultado Financeiro Consolidado igual ou superior a 2,0x.

g. limites de utilização dos financiamentos já contratados

Os financiamentos já contratos foram integralmente utilizados.

h. alterações significativas em cada item das demonstrações financeiras

A seguir, análise dos resultados financeiros e patrimoniais da REDE ENERGIA CONSOLIDADO e REDE ENERGIA *HOLDING*

REDE ENERGIA S.A. CONSOLIDADO

Análise dos Resultados Financeiros do Exercício Social Encerrado em 31 de dezembro de 2009 comparados com Exercício Social Encerrado em 31 de dezembro de 2008

Receita Operacional Bruta

A receita operacional bruta da Companhia, composta pela receita de fornecimento ao consumidor final, fornecimento de energia para revenda (suprimento) e receita do uso do sistema de distribuição ("TUSD") aumentou 24,9%, passando de R\$ 6.075,1 milhões em 2008 para R\$ 7.587,0 milhões em 2009, principalmente devido ao crescimento do mercado em 15,1%, aumento da tarifa média anual em 8,5%; e consolidação da ENERSUL a partir de setembro de 2008, data da aquisição da referida concessionária.

Receita Operacional Líquida

A receita operacional líquida foi de R\$ 5.044,6 milhões em 2009 e R\$ 3.995,8 milhões em 2008, representando um crescimento de R\$ 1.048,8 milhões ou 26,2%, principalmente devido ao crescimento do mercado, aumento da tarifa média anual, e consolidação da ENERSUL.

Custo do Serviço e Despesas Operacionais

O custo do serviço de energia elétrica, composto de energia elétrica comprada para revenda e encargo do uso do sistema de transmissão e distribuição foi de R\$ 2.864,1 milhões em 2009 e R\$ 1.956,8 milhões em 2008, representando um crescimento de 46,4%. Esse resultado foi influenciado (i) pelo aumento da demanda; (ii) pelo aumento da tarifa média de compra; e pela entrada da ENERSUL a partir de 1º de setembro de 2008, em troca da empresa de geração Rede Lajeado Energia S.A.. ("LAJEADO") Um dos efeitos dessa permuta foi a migração dos custos operacionais da geradora para a rubrica de custo do serviço de energia elétrica.

O custo da operação passou de R\$ 950,4 milhões em 2008 para R\$ 882,3 milhões em 2009, representando uma redução de 7,2%. As despesas operacionais, compostas de despesas com vendas, gerais e administrativas passaram de R\$ 432,1 milhões em 2008 para R\$ 509,0 milhões em 2009,



representando um aumento de 17,8%, percentual esse, inferior aos 26,2% de crescimento da receita operacional líquida.

EBITDA²

O EBITDA da Companhia, que representa o resultado operacional calculado a partir do resultado do serviço das demonstrações financeiras, acrescido da depreciação e amortização, foi de R\$ 1.187,6 milhões em 2009 e R\$ 994,0 milhões em 2008, o que representa um crescimento de 19,5% (ou R\$ 193,6 milhões), devido ao aumento de 26,2% da receita operacional líquida, influenciado principalmente pela evolução de 15,1% no mercado consumidor e pelo aumento de 8,5% na tarifa média anual. De 2005 a 2009, o EBITDA cresceu em média 9,6% ao ano.

Lucro Líquido

O lucro líquido do exercício passou de R\$ 179,2 milhões em 2008 para R\$ 20,3 milhões em 2009. Embora o resultado operacional da Companhia tenha melhorado significativamente e os efeitos financeiros da variação monetária em moeda estrangeira tenham sido favoráveis, os efeitos da marcação a mercado – Lei nº 11.638/2007 – colaboraram para a contenção do crescimento do lucro líquido.

Os efeitos da variação cambial e marcação a mercado dos bônus perpétuos são apenas contábeis, uma vez que não haverá liquidação do principal. Desconsiderando-se portanto os efeitos, o resultado líquido consolidado seria de R\$ 291,6 milhões.

² O EBITDA representa o lucro (prejuízo) líquido excluindo-se os efeitos de resultado em participações societárias, resultado financeiro, resultado não operacional, imposto de renda, contribuição social, crédito fiscal diferido, participação dos minoritários, depreciação e amortização. O EBITDA não é uma medida sob as Práticas Contábeis Adotadas no Brasil ou dos Estados Unidos e não deverá ser considerado como alternativa ao lucro líquido como indicador do resultado operacional nem como alternativa ao caixa

Análise dos Resultados Financeiros do Exercício encerrado em 31 de dezembro de 2008³ comparados com Exercício Social Encerrado em 31 de dezembro de 2007

Receita Operacional Bruta

A receita operacional bruta da Companhia, composta pela receita de fornecimento ao consumidor final, fornecimento de energia para revenda (suprimento) e receita do uso do sistema de distribuição ("TUSD") aumentou em 17,3%, passando de R\$ 5.179,7 milhões em 2007 para R\$ 6.075,1 milhões em 2008, principalmente devido ao crescimento do mercado em 13,4%; aumento da tarifa média anual em 2,7%; e consolidação da ENERSUL que agregou R\$ 451,4 milhões à receita operacional bruta de 2008.

Custo do Serviço e Despesas Operacionais

O custo do serviço de energia elétrica, composto de energia elétrica comprada para revenda e encargo do uso do sistema de transmissão e distribuição foi de R\$ 1.956,8 milhões em 2008 e R\$ 1.442,9 milhões em 2007, representando um crescimento de 35,6%. Esse resultado foi influenciado pelo aumento da demanda; risco de escassez de energia elétrica nos primeiros meses de 2008; além da entrada da ENERSUL que agregou R\$ 157,6 milhões.

O custo da operação passou de R\$ 719,8 milhões em 2007 para R\$ 950,4 milhões em 2008, representando um aumento de 32,0%. A rubrica que apresentou a maior variação do período foi pessoal, devido a contabilização de uma indenização trabalhista denominada PCCS, no valor de R\$ 75 milhões. Outra rubrica que apresentou uma variação significativa foi serviços de terceiros, com um incremento de R\$ 90,3 milhões (43,4%), influenciado principalmente pelo aumento do serviço terceirizado, para atendimento às necessidades oriundas da

operacional como indicador de liquidez. O EBITDA por nós calculado pode não ser comparável ao EBITDA utilizado por outras companhias.

³ Considerando os valores ajustados, conforme publicação de 2009.

implantação do Programa Luz Para Todos e norma NR-10 do Ministério do Trabalho, que por medida de segurança, obriga que os atendimentos dos eletricitistas sejam realizados sempre em duplas, resultando em ampliação do quadro de funcionários. Com a consolidação da ENERSUL, a partir de setembro de 2008, foram agregados R\$ 65,7 milhões ao custo da operação nesse ano.

As despesas operacionais, compostas de despesas com vendas, gerais e administrativas passaram de R\$ 424,9 milhões em 2007 para R\$ 432,1 milhões em 2008, representando um aumento de 1,7%. A ENERSUL agregou R\$ 11,1 milhões às despesas operacionais de 2008.

EBITDA

O EBITDA, que representa o resultado operacional calculado a partir do resultado do serviço das demonstrações financeiras, acrescido da depreciação e amortização foi de R\$ 994,0 milhões em 2008 e R\$ 1.026,2 milhões em 2007, o que representa um decréscimo de 3,2% (ou R\$ 32,2 milhões), influenciado principalmente pelo aumento dos custos da operação.

Lucro Líquido

O lucro líquido do exercício passou de R\$ 28,7 milhões em 2007 para R\$ 179,2 milhões em 2008. O resultado financeiro apresentou uma expressiva melhora, passando de uma despesa de R\$ 376,3 milhões em 2007 para uma despesa de R\$ 186,0 milhões em 2008, o que representa uma redução de 50,6%, principalmente devido ao: 1. Resultado positivo oriundo da marcação a mercado, de acordo com a Lei nº 11.638/07, que gerou uma receita financeira de R\$ 772,4 milhões. Essa receita oriunda da marcação a mercado compensou positivamente as despesas de R\$ 602,4 milhões decorrentes da variação monetária líquida; 2. Aumento dos juros ativos, referentes aos pagamentos de contas de energia elétrica em atraso, que passaram de R\$ 92,8 milhões em 2007 para R\$ 150,8 milhões em 2008, representando um aumento de 62,6% (R\$ 58,0 milhões); e 3. Redução das despesas com juros e multas que passaram de R\$ 183,2 milhões



em 2007 para R\$ 157,4 milhões em 2008, representando uma redução de 14,1% (R\$ 25,8 milhões).

Análise das Contas Patrimoniais em 31 de dezembro de 2009 comparadas com 31 de dezembro de 2008

Ativo Circulante

Numerário Disponível e Aplicações No Mercado Aberto

Em 31 de dezembro de 2009, os numerários disponíveis e aplicações no mercado aberto totalizaram R\$ 414,0 milhões, comparados a R\$ 396,0 milhões em 31 de dezembro de 2008, representando um aumento de R\$ 18,0 milhões ou 4,5%. Esse incremento ocorreu principalmente devido a entrada de recursos para investimentos, em especial, aqueles ligados ao programa social Luz Para Todos.

Consumidores

Em 31 de dezembro de 2009, o saldo da conta Consumidores e revendedores era de R\$ 1.450,6 milhões, comparados com R\$ 1.283,6 milhões em 31 de dezembro de 2008. Esse aumento de R\$ 167,0 milhões ou 13,0% ocorreu, principalmente, devido ao crescimento da receita bruta, melhorando inclusive a relação entre a receita operacional bruta anual dividida pelo saldo da conta consumidores, do ativo circulante, que passou de 4,7 vezes em 2008 para 5,2 vezes em 2009.

Tributos e Contribuições Sociais a Compensar

Em 31 de dezembro de 2009, o montante de tributos e contribuições sociais a compensar correspondiam a R\$ 211,6 milhões, comparado a R\$157,0 milhões em 31 de dezembro de 2008. Esse aumento de R\$ 54,5 milhões ou 34,7% é substancialmente composto de saldo negativo de Imposto de Renda e



Contribuição, bem como ICMS a compensar, esse último sobre aquisição de bens.

Aquisição de Combustível – Conta CCC

Em 31 de dezembro de 2009 e em 31 de dezembro de 2008, nossa conta CCC era de R\$ 77,6 e R\$ 19,2 milhões, respectivamente. Esse aumento de R\$ 58,4 milhões ou 303,7% ocorreu em decorrência do aumento de consumo e custo de óleo diesel por geração térmica.

Ativo Não Circulante

Consumidores

Em 31 de dezembro de 2009, o saldo da conta consumidores e revendedores era de R\$ 347,7 milhões, comparados aos R\$ 332,0 milhões em 31 de dezembro de 2008, representando um aumento de R\$ 15,7 milhões ou 4,7%, devido ao crescimento da receita bruta, melhorando inclusive a relação entre a receita operacional bruta anual dividida pelo saldo da conta consumidores, do ativo não circulante, que passou de 18,3 vezes em 2008 para 21,8 vezes em 2009.

Empresas Relacionadas

Em 31 de dezembro de 2009, nosso realizável em longo prazo contabilizava R\$ 374,1 milhões referentes a empresas relacionadas, comparados aos R\$ 316,7 milhões em 31 de dezembro de 2008. Esse aumento de R\$ 57,4 milhões ou 18,1% foi principalmente devido a apropriação de juros em período de carência dos contratos.

Créditos Tributários Diferidos



Em 31 de dezembro de 2009, nossos créditos tributários diferidos totalizaram R\$ 761,8 milhões, comparados aos R\$ 1.074,5 milhões em 31 de dezembro de 2008. Essa redução de R\$ 312,7 milhões ou 29,1% foi principalmente devido à reversão dos créditos fiscais na Rede Holding e utilização pelas suas subsidiárias de prejuízos fiscais e base negativa da Contribuição Social.

Investimentos

Em 31 de dezembro de 2009, nossos investimentos totalizaram R\$ 172,0 milhões, comparados a R\$ 176,1 em 31 de dezembro de 2008, que representou uma redução de R\$ 4,1 milhões ou 2,3%, indicando que não ocorreu qualquer evento relevante entre os períodos analisados.

Imobilizado – Líquido

Nosso imobilizado líquido totalizou R\$ 5.828,3 milhões em 31 de dezembro de 2009, representando uma redução de R\$ 183,6 milhões, correspondente a 3,1%, em relação aos R\$ 6.011,9 milhões apresentados em 31 de dezembro de 2008. O item que mais influenciou a variação dessa conta foi a obrigação vinculada à concessão, devido a expansão e manutenção que a REDE ENERGIA vem promovendo da sua área de atendimento, principalmente nos estados do Pará, Mato Grosso e Tocantins, com recursos subsidiados, para atendimento ao Programa Luz Para Todos.

Passivo Circulante

Fornecedores

Em 31 de dezembro de 2009, o saldo da conta fornecedores era de R\$ 627,8 milhões, comparados aos R\$ 535,0 milhões em 31 de dezembro de 2008, representando um aumento de R\$ 92,8 milhões ou 17,4%, principalmente devido aos seguintes fatores: aumento da compra de energia elétrica e encargos de uso

do sistema, para atendimento ao crescimento da demanda, bem como aumento da compra de materiais.

Tributos, Contribuições Sociais e Parcelamentos

Os tributos, contribuições sociais e parcelamentos a recolher totalizaram R\$ 533,8 milhões em 31 de dezembro de 2009, representando um aumento de R\$ 124,6 milhões ou 30,4% em relação aos R\$ 409,3 milhões em 31 de dezembro de 2008. Esse aumento é substancialmente decorrente do aumento do saldo de curto prazo dos parcelamentos de ICMS, que passaram de R\$ 5,7 milhões em 2008 para R\$ 56,5 milhões em 2009; parcelamento de COFINS, que agregou R\$ 14,6 milhões em 2009; e aumento do ICMS e COFINS corrente que, juntos passaram de R\$ 210,3 milhões em 2008 para R\$ 275,2 milhões em 2009.

Empréstimos, Financiamentos e Debêntures

A conta empréstimos, financiamentos e debêntures totalizou R\$ 1.136,0 milhões em 31 de dezembro de 2009, representando um acréscimo de R\$ 120,6 milhões ou 11,9% em comparação aos R\$ 1.015,4 milhões apresentados em 31 de dezembro de 2008. Esse aumento substancialmente é referente ao aumento de capital de giro, financiamentos com a Eletrobrás, e captações junto ao BID, sendo esse último para investimentos no Estado do Tocantins.

Indenização Trabalhista

Em 31 de dezembro de 2009, o saldo de curto prazo referente às indenizações trabalhistas Plano Bresser e Plano de Classificação de Cargos e Salários (PCCS), na subsidiária CELPA, reduziu em R\$ 13,0 milhões, passando de R\$ 89,6 milhões em 2008 para R\$ 76,6 milhões em 2009, principalmente devido a marcação a mercado do Plano Bresser.

Passivo Não Circulante

Tributos, Contribuições Sociais e Parcelamentos

Nossos tributos, contribuições sociais e parcelamentos a recolher em longo prazo totalizaram R\$ 551,5 milhões em 31 de dezembro de 2009. Houve uma redução de R\$ 300,0 milhões (35,2%) em relação aos R\$ 851,4 milhões em 31 de dezembro de 2008. Essa variação decorreu principalmente em virtude da adesão ao novo parcelamento instituído pela Lei 11.941 de 27/05/2009, com reduções de multas de mora e ofício, multas isoladas, juros de mora e encargo legal.

Empréstimos, Financiamentos e Debêntures

A conta empréstimos, financiamentos e debêntures em longo prazo totalizou R\$ 3.881,7 milhões em 31 de dezembro de 2009. Houve um crescimento de R\$ 412,4 milhões ou 11,9% comparados aos R\$ 3.469,3 milhões de 31 de dezembro de 2008. Esse crescimento deve-se principalmente às debêntures, uma vez que, excluindo-se esse saldo no ano de 2009, a variação da conta empréstimos e financiamentos seria de apenas 1,3%.

Empresas Relacionadas

Em 31 de dezembro de 2009, nosso exigível a longo prazo totalizou R\$ 210,4 milhões comparados aos R\$ 214,7 milhões em 31 de dezembro de 2008. Essa redução de R\$ 4,4 milhões ou 2,0% foi principalmente devido a amortização parcial do passivo com a controladora Vale Holding.

Indenização Trabalhista – Plano Bresser

Em 31 de dezembro de 2009, o saldo devedor referente a indenizações trabalhistas (Plano Bresser e PCCS) totalizou R\$ 157,3 milhões, comparados aos R\$ 208,7 milhões em 31 de dezembro de 2008. Essa redução de R\$ 51,4 milhões ou 24,6% ocorreu principalmente devido a marcação a mercado do Plano Bresser.

Encargos Tributários Sobre Reserva de Reavaliação

Nossos encargos tributários sobre reserva de reavaliação a recolher em longo prazo totalizaram R\$ 440,0 milhões em 31 de dezembro de 2009, representando uma queda de R\$ 98,4 milhões ou 18,3% em relação aos R\$ 538,5 milhões em 31 de dezembro de 2008, devido a amortização da reserva por desgaste natural do bem reavaliado.

Participação de Acionistas Não Controladores

Em 31 de dezembro de 2009, nossas participações de acionistas não controladores totalizaram R\$ 1.502,0 milhões, comparados aos R\$ 1.372,2 milhões em 31 de dezembro de 2008. Esse aumento de R\$ 129,8 milhões ou 9,5%, decorreu principalmente do resultado líquido das controladoras da Companhia.

Patrimônio Líquido

Em 31 de dezembro de 2009 o patrimônio líquido foi de R\$ 1.128,5 milhões, comparados aos R\$ 1.108,2 milhões de 31 de dezembro de 2008. Esse aumento de R\$ 20,3 milhões ou 1,8% foi devido aos seguintes fatores: redução do saldo das reservas de reavaliação de R\$ 559,4 milhões em 2008 para R\$ 442,2 milhões em 2009 e redução dos prejuízos acumulados de R\$ 170,2 milhões em 2008 para R\$ 32,7 milhões em 2009.

Reserva de Reavaliação

Em 31 de dezembro de 2009, nossa reserva de avaliação totalizou R\$ 442,2 milhões, comparados aos R\$ 559,4 milhões em 31 de dezembro de 2008. Essa diminuição de R\$ 117,2 milhões ou 21,0% decorreu da realização da reserva nas controladas da Companhia .



Prejuízos Acumulados

Em 31 de dezembro de 2009, os prejuízos acumulados totalizaram R\$ 32,7 milhões, comparados aos R\$ 170,2 milhões em 31 de dezembro de 2008. Essa diminuição de R\$ 137,5 milhões ou 80,8% decorreu da apropriação do resultado do exercício.

Análise das Contas Patrimoniais em 31 de dezembro de 2008 comparadas com 31 de dezembro de 2007

Ativo Circulante

Numerário Disponível e Aplicações No Mercado Aberto

Em 31 de dezembro de 2008, nosso numerário disponível e aplicações no mercado aberto totalizaram R\$396,0 milhões, comparados a R\$612,3 milhões em 31 de dezembro de 2007. Essa redução de R\$216,4 milhões ou 35,3% ocorreu, principalmente, em decorrência de alguns fatores, tais como o aumento das despesas com atividades operacionais e a elevação das despesas com atividades de financiamento.

Consumidores

Em 31 de dezembro de 2008, o saldo da conta Consumidores e revendedores era de R\$ 1.283,6 milhões, comparados com R\$ 871,6 milhões em 31 de dezembro de 2007. Esse aumento de R\$ 412,0 milhões ou 47,3% ocorreu, principalmente, em decorrência do crescimento de nossa receita bruta.

Provisão Para Crédito de Liquidações Duvidosas - PCLD

Em 31 de dezembro de 2008, o saldo da PCLD era de R\$113,9 milhões, comparados com R\$66,6 em 31 de dezembro de 2007. Esse aumento de R\$47,3 milhões ou 71,0% ocorreu, principalmente, em decorrência do incremento na

conta consumidores, porém com mesmo padrão de realização do ano de 2007, oriundo do aumento de nossa receita (conforme parágrafo anterior), mantendo assim a relação PCLD consumidores uniformes ao ano de 2007.

Tributos e Contribuições Sociais a Compensar

Em 31 de dezembro de 2008, o montante de tributos e contribuições sociais a compensar correspondiam a R\$157,0 milhões, comparado a R\$107,1 milhões em 31 de dezembro de 2007. Esse aumento de R\$49,9 milhões ou 46,6% é substancialmente composto de saldo negativo de Imposto de Renda e Contribuição, bem como ICMS a compensar sobre aquisição de bens.

Aquisição de Combustível – Conta CCC

Em 31 de dezembro de 2008 e em 31 de dezembro de 2007, nossa conta CCC era de R\$19,2 e R\$75,9 milhões, respectivamente. Essa redução de R\$56,7 milhões ou 74,7% ocorreu em decorrência da redução de consumo de óleo diesel por geração térmica em função da interligação de sistema isolados.

Ativo Não Circulante

Consumidores

Em 31 de dezembro de 2008, o saldo da conta consumidores e revendedores era de R\$332,0 milhões, comparados aos R\$316,8 milhões em 31 de dezembro de 2007, representando um aumento de R\$15,2 milhões ou 4,8%, devido a um pequeno aumento da inadimplência.

Empresas Relacionadas

Em 31 de dezembro de 2008, nosso realizável em longo prazo contabilizava R\$316,7 milhões referentes a empresas relacionadas, comparados aos R\$264,9

milhões em 31 de dezembro de 2007. Esse aumento de R\$51,8 milhões ou 19,6% ocorreu em decorrência da apropriação de juros em período de carência dos contratos.

Créditos Tributários Diferidos

Em 31 de dezembro de 2008, nossos créditos tributários diferidos totalizaram R\$ 1.074,5 milhões, comparados aos R\$ 565,7 milhões em 31 de dezembro de 2007. Esse aumento de R\$ 508,8 milhões ou 89,9% basicamente dos créditos tributários provenientes da aquisição nova controlada ENERSUL. Em 31 de dezembro de 2008, a ENERSUL tinha referente a créditos tributários diferidos no ativo não circulante o valor de R\$ 264,7 milhões, que representava 55% do valor demonstrado como aumento.

Investimentos

Em 31 de dezembro de 2008, os investimentos totalizaram um valor credor de R\$ 176,0 milhões, comparados a R\$ 766,6 em 31 de dezembro de 2007. Essa variação foi principalmente em decorrência de dois fatores: reclassificação dos ágios para o intangível em atendimento a Deliberação CVM nº 553/08, e deságio apurado na aquisição da ENERSUL.

Imobilizado – Líquido

Nosso imobilizado líquido totalizou R\$6.011,9 milhões em 31 de dezembro de 2008, representando um aumento de R\$858,5 milhões, correspondente a 16,7%, em relação aos R\$5.153,4 milhões apresentados em 31 de dezembro de 2007. Dois fatores colaboraram para este aumento, sendo o primeiro decorrente da constante expansão e manutenção que a REDE ENERGIA vem promovendo da sua área de atendimento, principalmente nos estados do Pará, Mato Grosso e Tocantins, motivados também pela necessidade que suas concessionárias têm de

cumprir as metas do programa Luz Para Todos e o segundo fator a aquisição da ENERSUL.

Passivo Circulante

Fornecedores

Em 31 de dezembro de 2008, o saldo da conta fornecedores era de R\$535,0 milhões, comparados aos R\$424,9 milhões em 31 de dezembro de 2007, representando um aumento de R\$110,1 milhões ou 25,9%, devido ao aumento de suprimento de energia elétrica e respectivos encargos para atendimento aos consumidores.

Tributos, Contribuições Sociais e Parcelamentos

Nossos tributos, contribuições sociais e parcelamentos a recolher totalizaram R\$409,2 milhões em 31 de dezembro de 2008, um aumento de R\$160,2 milhões ou 17,2% em relação aos R\$349,1 milhões em 31 de dezembro de 2007. Esse aumento é substancialmente decorrente do ICMS (acompanhando o aumento da receita).

Empréstimos, Financiamentos e Debêntures

O saldo dos empréstimos, financiamentos e debêntures no curto prazo totalizou R\$ 1.015,4 milhões em 31 de dezembro de 2008, representando um acréscimo de R\$ 639,8 milhões ou 170,3% em comparação aos R\$ 375,6 milhões apresentados em 31 de dezembro de 2007. Esse aumento substancialmente é referente a consolidação do endividamento da ENERSUL adquirida em 2008.

Indenização Trabalhista

Em 31 de dezembro de 2008, nossas provisões para indenizações trabalhistas referentes ao Plano Bresser totalizavam R\$ 89,6 milhões comparados aos R\$

49,3 milhões em 31 de dezembro de 2007. Esse aumento de R\$ 40,3 milhões ou 81,7% ocorreu principalmente devido a parcela de curto prazo referente a homologação do acordo judicial para pagamento de Plano de Classificação de Cargos e Salários (PCCS), no valor total de R\$ 75 milhões.

Passivo Não Circulante

Tributos, Contribuições Sociais e Parcelamentos

Nossos tributos, contribuições sociais e parcelamentos a recolher em longo prazo totalizaram R\$851,4 milhões em 31 de dezembro de 2008. Houve uma redução de R\$117,0 milhões (12,1%) em relação aos R\$968,4 milhões em 31 de dezembro de 2007. Essa variação decorreu principalmente pela transferência de parcelas para o curto prazo do parcelamento de tributos – PAEX.

Empréstimos, Financiamentos e Debêntures

O saldo dos empréstimos, financiamentos e debêntures de longo prazo totalizou R\$ 3.469,3 milhões em 31 de dezembro de 2008. Houve um crescimento de R\$ 356,4 milhões ou 11,4% comparados aos R\$ 3.112,9 milhões apresentados em 31 de dezembro de 2007. Esse crescimento deve-se a dois fatores, (i) consolidação do endividamento da ENERSUL incorporado ao Grupo; e (ii) variação cambial.

Empresas Relacionadas

Em 31 de dezembro de 2008, nosso exigível em longo prazo totalizou R\$214,7 milhões referentes a empresas relacionadas, comparados aos R\$206,5 milhões



em 31 de dezembro de 2007. Esse aumento de R\$8,2 milhões ou 4,0% é devido a apropriação de juros sobre contratos de mútuo no período de carência.

Indenização Trabalhista

Em 31 de dezembro de 2008, nossas provisões para indenizações trabalhistas referentes ao Plano Bresser totalizaram R\$ 208,7 milhões, comparados aos R\$ 261,1 milhões em 31 de dezembro de 2007. Essa redução de R\$ 52,4 milhões ou 20,1% ocorreu principalmente devido a marcação a mercado do acordo trabalhista denominado Plano Bresser, embora a homologação do acordo judicial para pagamento de Plano de Classificação de Cargos e Salários (PCCS), no valor de R\$ 75 milhões, em 2008, tenha reduzido o efeito positivo dessa marcação.

Encargos Tributários Sobre Reserva de Reavaliação

Nossos encargos tributários sobre reserva de reavaliação a recolher em longo prazo totalizaram R\$538,4 milhões em 31 de dezembro de 2008, representando uma queda de R\$65,9 milhões (10,9%), em relação aos R\$604,3 milhões em 31 de dezembro de 2007. Essa redução decorreu devido à realização da reserva de reavaliação e conseqüentemente a dos encargos sobre a mesma.

Participação de Acionistas Não Controladores

Em 31 de dezembro de 2008, nossas participações de acionistas não controladores totalizaram R\$ 1.388,7 milhões, comparados aos R\$ 1.784,6 milhões em 31 de dezembro de 2007. Essa redução de R\$ 445,9 milhões ou 25,0% decorreu da principalmente da queda no resultado de nossas controladas CEMAT e CELPA.

Patrimônio Líquido



Em 31 de dezembro de 2008 o patrimônio líquido foi de R\$ 1.108,2 milhões, comparados aos R\$ 763,8 milhões de 31 de dezembro de 2007. Esse aumento de R\$ 344,4 milhões ou 45,1% foi devido aos seguintes fatos: aumento de capital no valor de R\$ 115,1 milhões substancialmente realizado pelo BNDES; e redução dos prejuízos acumulados.

Reserva de Reavaliação

Em 31 de dezembro de 2008, nossa reserva de avaliação totalizou R\$ 559,3 milhões, comparados aos R\$ 619,5 milhões em 31 de dezembro de 2007. Essa diminuição de R\$ 60,2 milhões ou 9,7% decorreu da realização dessa reserva em suas controladas.

Prejuízos Acumulados

Em 31 de dezembro de 2008, nossos prejuízos acumulados totalizaram R\$ 170,2 milhões, comparados aos R\$ 459,4 milhões em 31 de dezembro de 2007. Essa diminuição de R\$ 289,2 milhões ou 63,0% decorreu basicamente devido à apropriação do resultado do exercício e reversão da reserva de reavaliação.

REDE ENERGIA S.A. (Companhia)

Análise dos Resultados Financeiros do Exercício de 2009 comparados com 2008

Resultado de Participações Societárias

A Companhia, como *holding*, obtém sua receita a partir dos resultados de suas controladas. Em 2009, o resultado de participações societárias foi uma receita de R\$ 242,1 milhões contra uma despesa de R\$ 22,5 milhões em 2008. Essa melhora foi em razão da evolução dos resultados de suas subsidiárias, conforme demonstrado abaixo:

Participações em controladas	2.009	2.008
Bragantina	6.731	3.768
Nacional	2.009	(2.137)
Força e Luz do Oeste	4.790	(1.267)
Celtins	19.982	10.836
Cemat	55.034	33.617
Qmra Participações	15.522	(61.133)
Celpa	14.545	(436)
Rede Lajeado	-	12.071
Tangará	12.879	6.355
Rede Power	44.391	3.306
Caiuá	13.541	(17.534)
Vale Paranapanema	11.225	2.108
Enersul	38.583	(3.809)
Rede Comercializadora	4.595	(5.760)
Rede Eletricidade	1.507	6.602
Vale do Vacaria	(3.204)	-
Investco	-	871
Amortização de ágio	-	(9.924)
Total (R\$ mil)	242.130	(22.466)

Análise dos Resultados Financeiros do Exercício de 2008⁴ comparados com 2007

Resultado de Participações Societárias

O resultado de participações societárias da Companhia em 2008 foi uma despesa de R\$ 22,5 milhões contra uma receita de R\$ 60,5 milhões em 2007, conforme demonstrado por meio da tabela abaixo:

⁴ Considerando os valores ajustados, conforme publicação de 2009.

Participações em controladas	2.008	2.007
Bragantina	3.768	3.578
Nacional	(2.137)	10.651
Força e Luz do Oeste	(1.267)	3.091
Celtins	10.836	5.970
Cemat	33.617	30.794
Qmra Participações	(61.133)	(24.910)
Celpe	(436)	7.406
Rede Lajeado	12.071	16.149
Tangará	6.355	(2.186)
Rede Power	3.306	7.234
Caiuá	(17.534)	352
Vale Paranapanema	2.108	3.709
Enersul	(3.809)	-
Rede Comercializadora	(5.760)	10.563
Rede Eletricidade	6.602	1.995
Vale do Vacaria	-	-
Investco	871	23
Amortização de ágio	(9.924)	(13.965)
Total (R\$ mil)	(22.466)	60.454

Análise das Contas Patrimoniais em 31 de dezembro de 2009 comparadas com 31 de dezembro de 2008

Passivo Circulante

Empréstimos, Financiamentos e Debêntures

Com relação aos empréstimos, financiamentos e debêntures o saldo em 2009 foi de R\$ 139,3 milhões, representando uma redução de R\$ 70,2 milhões ou 33,5% em relação aos R\$ 209,5 milhões de 2008. Essa redução foi principalmente devido ao saldo de capital de giro que reduziu R\$ 78,8 milhões ou 45,2%, passando de R\$ 174,2 milhões em 2008 para R\$ 95,4 milhões em 2009.

Passivo Não Circulante

Empréstimos, Financiamentos e Debêntures

Com relação ao saldo dos empréstimos, financiamentos e debêntures totalizou R\$ 1.292,7 milhões em 2009, representando um aumento de R\$ 437,2 milhões ou

51,1% em relação aos R\$ 855,5 milhões de 2008. Esse incremento foi principalmente devido saldo dos bônus perpétuos que, líquido da marcação a mercado, passou de R\$ 540,9 milhões em 2008 para R\$ 661,5 milhões em 2009 e captação por meio de debêntures em dezembro de 2009.

Análise das Contas Patrimoniais em 31 de dezembro de 2008 comparadas com 31 de dezembro de 2007

Passivo Circulante

Empréstimos, Financiamentos e Debêntures

O saldos dos empréstimos, financiamentos e debêntures totalizou R\$ 209,5 milhões em 31 de dezembro de 2008, representando um acréscimo de R\$ 162,4 milhões ou 345,3% em relação aos R\$ 47,1 milhões de 2007. Esse incremento foi principalmente devido ao aumento do saldo de capital de giro.

Passivo Não Circulante

Empréstimos, Financiamentos e Debêntures

O saldo dos empréstimos, financiamentos e debêntures de longo prazo foi de R\$ 855,5 milhões em 2008 e R\$ 1.336,7 milhões em 2007, representando uma redução de R\$ 481,2 milhões ou 36,0%, principalmente devido a marcação a mercado dos bônus perpétuos.

Lucro Líquido

O lucro líquido da Companhia em 2008 foi de R\$ 179,2 milhões comparados aos R\$ 28,7 milhões de 2007. Essa variação foi influenciada principalmente pelo resultado de participações societárias, já comentado acima, e resultado financeiro que passou de uma despesa de R\$ 37,5 milhões em 2007 para uma receita de



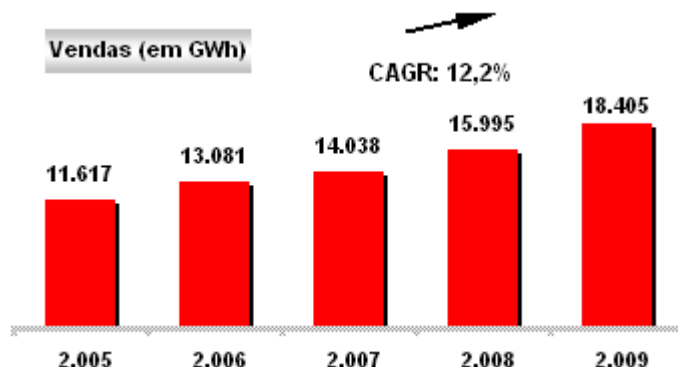
R\$ 298,6 milhões em 2008, principalmente devido a receita de R\$ 772,4 milhões oriunda da marcação a mercado dos bônus perpétuo.

10.2. Os diretores devem comentar:

a. resultados das operações do emissor, em especial:

i. descrição de quaisquer componentes importantes da receita

O mercado consumidor da Companhia apresentou um expressivo crescimento de 15,1% passando de 15.995 GWh em 2008 para 18.405 GWh em 2009. Esse resultado foi impulsionado pelo bom desempenho das vendas das distribuidoras da REDE, e pela aquisição da ENERSUL, em setembro de 2008, ocasião em que passou a ser consolidada no balanço da REDE ENERGIA. As classes residencial e comercial tiveram expressivos crescimentos em razão do acréscimo do número de consumidores, temperaturas mais elevadas, chegada de redes de varejo no Norte e Centro-Oeste, e pelos programas de transferências de renda também nas regiões Norte e Centro-Oeste do país. O crescimento da classe industrial foi afetado pela crise mundial, que impactou intensamente as atividades do Pará, cuja dinâmica industrial é voltada para exportação de matérias-primas, limitando a capacidade de expansão do consumo elétrico. Vale destacar o expressivo crescimento de 26,1% na classe rural, impulsionado pela implantação do Programa Luz Para Todos. De 2005 a 2009, o mercado consolidado da REDE ENERGIA cresceu a uma média anual de 12,2%.



ii. fatores que afetaram materialmente os resultados operacionais

A Companhia possui principalmente os seguintes fatores:

- alteração nos custos da Companhia, incluído o preço de energia;
- alterações nas tarifas de energia que a Companhia poderá cobrar de seus clientes decorrente de revisão e reajustes tarifários homologados pela ANEEL;
- disponibilidade de energia para atendimento sem restrições ao mercado;
- condições econômicas no Brasil em geral e nas áreas de concessão da Companhia;
- mudanças na regulação e legislação do setor elétrico;
- resultados das disputas judiciais e contingências; e
- variação cambial e de taxa de juros.

b. variações das receitas atribuíveis a modificações de preços, taxas de câmbio, inflação, alterações de volumes e introdução de novos produtos e serviços

Segundo a metodologia de cálculo dos reajustes tarifários anuais, parte significativa das oscilações nos itens mencionados na sessão 10.2.a.ii afetará adversamente o fluxo de caixa da Companhia, porém, não afetarão simultaneamente a demonstração de resultados da Companhia. Este efeito decorre do mecanismo de constituição de contas patrimoniais ativas e passivas de CVA, onde diferenças positivas ou negativas entre as tarifas cobradas e os custos incorridos pela Companhia são controladas para repasse às tarifas no

cobradas dos consumidores, no ciclo tarifário seguinte aquele em que ocorreram as variações.

As variações das receitas atribuíveis a modificações de preços, taxas de câmbio, inflação, alterações de volumes e introdução de novos produtos e serviços não tem impacto na estrutura de capital da Companhia.

c. impacto da inflação, da variação de preços dos principais insumos e produtos, do câmbio e da taxa de juros no resultado operacional e no resultado financeiro do emissor

A situação financeira e o resultado das operações da Companhia são afetados pela inflação, pelas tarifas praticadas nos leilões de venda de energia que refletem oferta e demanda, além das características da fonte da energia comercializada, as oscilações nas tarifas cobradas dos consumidores e os encargos setoriais ambos homologados anualmente pela ANEEL, sendo que as variações são reconhecidas nas tarifas cobradas dos consumidores por meio do mecanismo de CVA. Desta forma, a maioria de seus custos e despesas é denominada em Reais e está atrelada aos índices de medição da inflação, exceto pela tarifa de compra de energia das quotas de Itaipu que é denominada em dólar, sendo as variações da taxa de câmbio desse contrato também são reconhecidas nas tarifas de distribuição por meio do mecanismo da CVA. Além disso, a Companhia está exposta às taxas de juros cobradas nos financiamentos e não possui dívida denominada em moeda estrangeira.

Tendo em vista que a Companhia é a controladora de nove empresas de distribuição de energia elétrica e duas geradoras, seus resultados advêm das operações destas empresas. As variações das receitas atribuíveis a modificações de preços, taxas de câmbio, inflação, alterações de volumes e introdução de novos produtos e serviços podem ter impacto na capacidade de pagamento dos compromissos financeiros da Companhia. Desta forma: (i) um aumento no preço da energia vendida aumentará a receita operacional da Companhia, gerando recursos adicionais e receita financeira para a Companhia; (ii) flutuações na taxa

de câmbio poderão aumentar (ou reduzir, conforme o caso) o serviço de dívida e criar despesa (ou receita) financeira para a Companhia. A compra de energia de Itaipu, para o suprimento parcial de nossas distribuidoras(exceto Celpa e Celtins) é realizada por preços em dólares, e uma desvalorização do real criará despesa operacioanl nas distribuidoras e, por conseqüência na Companhia. Em ambos os casos existem mitigadores. No caso do serviço de dívida, parte da dívida em moeda estrangeira está protegida por mecanismos de “hedge”. No caso de Itaipu, a variação cambial é integralmente repassada na tarifa de energia distribuída; (iii) a inflação (IGP-M) é integralmente repassada na tarifa, de modo que seu efeito no resultado operacional da Companhia é mitigado; (iv) alterações na quantidade de energia vendida poderão prejudicar a capacidade da Companhia pagar seus compromissos financeiros no caso de redução relevante do volume de energia distribuída; (v) não acreditamos que potenciais novos produtos ou serviços venham a ter um impacto relevante na capacidade da Companhia de pagar seus compromissos financeiros.

10.3. Os diretores devem comentar os efeitos relevantes que os eventos abaixo tenham causado ou se espera que venham a causar nas demonstrações financeiras do emissor e em seus resultados:

a. introdução ou alienação de segmento operacional

Vide informação constante do item 10.10, letra (a), alínea “iii”, infra.

b. constituição, aquisição ou alienação de participação societária

Em setembro de 2008, mediante uma operação de troca de ativos, a REDE ENERGIA adquiriu a Empresa Energética de Mato Grosso do Sul S.A. – ENERSUL. Essa distribuidora de energia elétrica agregou, em 2009, R\$ 1.363,9 milhões em receita bruta, um EBITDA de R\$ 256,6 milhões e um lucro líquido de R\$ 78,7 milhões.

c. eventos ou operações não usuais

Não há qualquer evento ou operação não usual, seja na própria Companhia, seja em suas subsidiárias.

10.4. Os diretores devem comentar:

a. mudanças significativas nas práticas contábeis

Na elaboração das demonstrações financeiras consolidadas de 31 de dezembro de 2008, a Companhia e suas Controladas adotaram pela primeira vez as alterações na Legislação Societária introduzidas pela Lei nº. 11.638 de 28 de dezembro de 2007, e pela Medida Provisória nº. 449 de 3 de dezembro de 2008.

As alterações efetuadas na Lei das Sociedade por Ações tiveram como principal objetivo sua atualização, o que possibilitará o processo de convergência das práticas contábeis adotadas no Brasil, com aquelas constantes nas normas internacionais de contabilidade que são emitidas pelo IASB (*International Accounting Standard Board*). As mudanças introduzidas na Lei das Sociedade por Ações causaram efeitos nas demonstrações financeiras consolidadas, entre tais se destaca os seguintes efeitos:

- Os ativos registrados no ativo imobilizado e intangíveis foram submetidos a teste de “*impairment*” conforme requerido pela Deliberação CVM nº. 527/2007, concluindo que nenhum ajuste era necessário;
- A Companhia e as suas controladas, procederam a análise da conta intangível, mantendo-se apenas aquelas contas que atendem a definição de intangível conforme a Deliberação 553/08;
- Os contratos de arrendamentos mercantis, que transferem riscos e benefícios foram analisados e registrados como ativo imobilizado, em atendimento a Deliberação CVM nº 554/08;
- Os custos de captações de empréstimos e financiamentos e emissão de títulos foram reclassificados como redutores dos respectivos passivos,

sendo que suas apropriações passaram a ser feitas com base na taxa efetiva de juros, conforme Deliberação 556/08;

- Para as contas de ativo e passivo de longo prazo, procedeu-se a devida análise dos itens suscetíveis de ajuste a valor presente, conforme Deliberação CVM 564/08, concluindo que os principais efeitos estão relacionados com as rubricas “Consumidores”, “Impostos e Contribuições a Compensar” e “Indenização Trabalhista – Plano Bresser”;
- A Companhia e as suas controladas possuem diversos instrumentos financeiros. Após a análise dos mesmos, adotou-se a mensuração dos derivativos representados por contratos de SWAP, pelo valor justo por meio do resultado, e designou o Bônus Perpétuo como “instrumentos financeiros designado no reconhecimento inicial, como mensurado a valor justo por meio de resultado” conforme Deliberação 566/08;
- Os efeitos ocorridos nas Controladas estão refletidos no Patrimônio Líquido e resultado na proporção da participação no capital social.

A Companhia e as suas controladas não procederam, para fins de comparação, o ajuste retroativo de suas demonstrações contábeis de 31 de dezembro de 2007. Desta forma, os ajustes quando referentes a sua mensuração inicial, retroagiram aos saldos de abertura em 1º de janeiro de 2008, conforme permitido pela Deliberação. 565/08.

b. efeitos significativos das alterações em práticas contábeis

Os efeitos no resultado de 2008 e no patrimônio líquido em 31 de dezembro de 2007, em função da adoção inicial da Lei nº. 11.638/2007 e Medida Provisória nº. 449/2008, são apresentados a seguir:



	<u>Patrimônio Líquido Dez/07</u>	<u>Resultado 2008</u>
Saldos anteriores aos ajustes da Lei 11.638/07 e MP 449/08	838.236	(304.414)
Passivo financeiro avaliado pelo valor justo por meio de resultado	30.555	772.351
Ajustes nas reclassificações dos custos de transações pela TEJ	(56.811)	-
Ajustes de adoção da Lei 11.638/07 e MP 449/08 em controladas	(7.075)	-
Efeitos tributários sobre ajustes da Lei 11.638/07 e MP 449/08	8.927	(262.599)
Saldos após os ajustes da Lei 11.638/07 e MP 449/08	813.832	205.338

Além destes efeitos, a Companhia e sua controlada Rede Power S.A. possuem valores registrados de deságio de R\$ 104.586 e R\$ 84.351, respectivamente. Esses deságios foram apurados na operação de permuta entre a Companhia, a referida controlada e a EDP-Energias do Brasil S.A.

Analisado consoante o requerido pela Instrução CVM nº. 247/96 concluiu que os valores de deságios apurados, não se enquadram nos fundamentos ali descritos, quais sejam: a) mais ou menos valias dos ativos e passivos e b) expectativa de resultados futuros. Assim, e considerando que os valores de deságios não podem ser explicados a luz dos ativos e passivos da controlada adquirida e tampouco sobre sua rentabilidade, conclui-se que os mesmos não possuem fundamentação. Caso o CPC 15 - Combinação de Negócios tivesse sido aprovado neste exercício, os deságios apurados na condição exposta, seriam refletidos aos resultados, e conseqüentemente, o lucro líquido e o patrimônio líquido da Companhia seria aumentado em R\$ 135.366, líquido dos efeitos tributários.

As demonstrações financeiras encerradas em 31 de dezembro de 2009 não apresentaram efeitos significativos decorrentes de alterações em práticas contábeis

Novos pronunciamentos, interpretações e orientações emitidas pelo CPC e deliberadas pela CVM que ainda não estão vigentes e não foram adotados antecipadamente:

A Companhia e suas controladas procederam à análise das deliberações emitidas pela CVM em 2009 para aplicação aos exercícios encerrados a partir de

dezembro de 2010 e às demonstrações financeiras de 2009 para fins de comparação e, concluiu que as principais deliberações que poderão apresentar efeitos relevantes são:

Deliberação CVM nº 580/2009 – CPC 15 – Combinação de Negócios (IFRS 3):

A norma trata de combinações de negócios, onde essas devem ser contabilizadas pelo método de aquisição, o ágio por rentabilidade futura (*goodwill*) não deve ser amortizado, sendo sujeito a teste de recuperabilidade econômica. A mudança que impactará a Companhia e suas controladas refere-se ao reconhecimento de compra vantajosa, ou seja, deságio (ver nota 18 item “b” e “c”), que deve ser transferido para o Patrimônio Líquido na transição para o IFRS.

Deliberação CVM nº 577/2009 – CPC 20 – Custos de Empréstimos (IAS 23):

A capitalização de custos de empréstimos relacionados à aquisição, construção ou produção de ativos qualificáveis tornou-se obrigatória. Como pelas práticas atuais das controladas, apenas os custos de empréstimos diretamente atribuíveis são capitalizados, o efeito devido a capitalização de custos de outros empréstimos empregados nesses ativos, proporcionará redução nas despesas financeiras, cujo impacto nos balanços ainda estão sendo avaliados.

Deliberação CVM nº 593/2009 – CPC 24 – Evento Subsequente (IAS 10):

Esta deliberação determina que os dividendos acima do mínimo estabelecido em lei e não aprovados pela Assembléia não devem ser provisionados, mas apenas destacados no patrimônio líquido. Caso esta deliberação fosse adotada no exercício de 2009, o passivo circulante estaria apresentado à menor e o patrimônio líquido a maior pela diferença acima do mínimo.

Deliberação CVM nº 596/2009 – CPC 29 – Ativo Biológico e Produto Agrícola (IAS 41):

Torna obrigatória, salvo exceções, a mensuração de ativos biológicos e produtos agrícolas no ponto de colheita pelo seu valor justo menos custos de vender com contrapartida no resultado. A controlada Vale do Vacaria Açúcar e Álcool S.A., que tem por objeto o cultivo de cana de açúcar e outras lavouras

temporárias avaliará os efeitos desta deliberação nas suas demonstrações financeiras.

Deliberação CVM nº 604/2009 – CPC 38 – Instrumentos Financeiros: Reconhecimento e Mensuração (IAS 39); CPC 39 – Instrumentos Financeiros: Apresentação (IAS 32) e CPC 40 – Instrumentos Financeiros: Evidenciação (IFRS 7): A presente deliberação visa complementar o tratamento contábil de instrumentos financeiros. A Companhia está avaliando o efeito na controlada Tangará Energia S.A., que poderá ter seu Patrimônio Líquido impactado pela reclassificação de ações PN resgatáveis.

Deliberação CVM nº 611/2009 – ICPC 01 – Contratos de Concessão (IFRIC 12): A deliberação estabelece que não sejam reconhecidos ativos imobilizados referentes a concessões, e sim, o registro de um ativo intangível (o direito de cobrar os consumidores) e/ou um ativo financeiro (indenização ao final da concessão). No estágio atual, a Companhia e suas controladas estão acompanhando as discussões sobre o assunto, que estão ocorrendo junto aos órgãos reguladores e entidades de classe, concluindo que não há possibilidade de avaliar com segurança razoável os efeitos nas demonstrações financeiras.

c. ressalvas e ênfases presentes no parecer do auditor

O parecer do auditor não contém ressalvas, tampouco ênfases.

10.5. Os diretores devem indicar e comentar políticas contábeis críticas adotadas pelo emissor, explorando, em especial, estimativas contábeis feitas pela administração sobre questões incertas e relevantes para a descrição da situação financeira e dos resultados, que exijam julgamentos subjetivos ou complexos, tais como: provisões, contingências, reconhecimento da receita, créditos fiscais, ativos de longa duração, vida útil de ativos não-circulantes, planos de pensão, ajustes de conversão em moeda estrangeira, custos de recuperação ambiental, critérios para teste de recuperação de ativos e instrumentos financeiros

A elaboração e divulgação das demonstrações financeiras requerem que a Administração se baseie em estimativas e no seu julgamento para o registro de certas transações que afetam os ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados finais das transações, quando de suas efetivas realizações em períodos subsequentes, podem diferir dessas estimativas e do julgamento da Administração. A Companhia e suas controladas revisam tais estimativas e premissas, no mínimo, uma vez ao ano.

As principais estimativas relacionadas às demonstrações financeiras referem-se ao registro dos efeitos decorrentes de:

- Provisão para créditos de liquidação duvidosa;
- Provisão para passivos contingentes;
- Plano de suplementação de aposentadoria e pensão;
- Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos;
- Instrumentos financeiros designados no reconhecimento inicial, como mensurados a valor justo por meio do resultado;
- Derivativos.

Provisão para créditos de liquidação duvidosa: A provisão para créditos de liquidação duvidosa foi constituída em montante considerando suficiente pela administração da Companhia e de suas controladas.

A Companhia e a Administração de suas controladas possuem um grupo de profissionais com o propósito de avaliar a qualidade e a possibilidade de recuperação dos créditos em atraso referente ao fornecimento de energia para os diversos segmentos de clientes.

Os administradores, com base em estudos e na posição dos seus consultores jurídicos, entendem que os procedimentos de cobranças atualmente praticados, os parcelamentos, as diligências de cobranças e os acordos realizados com os diversos órgãos governamentais e de serviços públicos, somados aos procedimentos judiciais que compreendem, entre outros, a constituição de precatórios judiciais como garantia dos créditos e a aplicação dos termos previstos na legislação de responsabilidade fiscal vigente, minimizam potencialmente os riscos de incertezas dos recebimentos dos créditos.

Provisão para passivos contingentes: São provisionadas as contingências representadas pelas ações judiciais cíveis e trabalhistas com chances prováveis de perda pelas Companhias, conforme avaliação de seus advogados. De maneira geral, estimamos em cerca de 3 a 5 anos, em média, o prazo para que as referidas ações com chances prováveis de perda tenham julgamento final e haja o efetivo desembolso pelas Companhias dos valores provisionados, na hipótese das Companhias serem vencidas nas ações.

Plano de suplementação de aposentadoria e pensão: As Controladas patrocinam em conjunto com seus empregados em atividade, ex-empregados e respectivos beneficiários, planos de benefícios de aposentadoria e pensão com o objetivo de complementar e suplementar os benefícios pagos pelo sistema oficial da previdência social, cuja administração é feita através da Redeprev - Fundação Rede de Previdência, entidade fechada de previdência complementar, multipatrocinada, constituída como fundação, sem fins lucrativos, com autonomia administrativa e financeira. Os custos de patrocínio do plano de pensão e eventuais déficits do plano são reconhecidos pelo regime de competência em conformidade à Deliberação CVM nº 371/00 e NPC nº 26 do IBRACON, baseando-se em cálculo atuarial elaborado por atuário independente

Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos: Sobre as diferenças temporárias, prejuízo fiscal e base negativa de contribuição social são constituídos impostos diferidos, de acordo com as respectivas alíquotas vigentes na data do balanço. Os prejuízos fiscais e bases negativas de contribuição social

podem ser compensados anualmente, observando-se o limite de até 30% do lucro tributável para o exercício. De acordo com o art. 15 da Medida Provisória nº 449/2008, convertida na Lei nº 11.941/2009, de 27/5/2009, que institui o Regime Tributário de Transição - RTT de apuração do lucro real, a Companhia e suas controladas optaram pelo RTT aplicável ao biênio 2008-2009.

Instrumentos financeiros designados no reconhecimento inicial, como mensurados a valor justo por meio do resultado: São designados nesta categoria os instrumentos financeiros cuja opção por tal mensuração gerar uma informação mais relevante, devido a, pelo menos, um dos seguintes critérios: a) Eliminação ou redução significativamente de inconsistências de mensuração ou reconhecimento que ocorreriam em virtude da avaliação de ativos e passivos ou do reconhecimento de seus ganhos e perdas em bases diferentes; b) Valor justo, para um grupo de ativos financeiros, passivos financeiros ou ambos, ser utilizado como base para gerenciamento e avaliação de performance, conforme estratégia documentada de investimento ou gerenciamento de risco de mercado. Uma vez que a designação é feita, é irrevogável. Esses instrumentos, então, foram mensurados na transição da Lei 11.638/2007, onde os custos de transação afetaram diretamente o patrimônio líquido. Subsequentemente, os valores justos são remensurados e os ganhos e perdas têm como contrapartida o resultado.

Derivativos: A Companhia e suas controladas firmaram contratos derivativos com o objetivo de administrar os riscos associados a variações nas taxas cambiais e de juros. Os referidos contratos derivativos são contabilizados pelo regime de competência e estão mensurados a valor justo por meio do resultado. Os ganhos e perdas auferidos ou incorridos em função desses contratos são reconhecidos como ajustes em receitas ou despesas financeiras. Os contratos derivativos da Companhia e suas controladas são com instituições financeiras de grande porte e que apresentam grande experiência com instrumentos financeiros dessa natureza.

10.6. Com relação aos controles internos adotados para assegurar a elaboração de demonstrações financeiras confiáveis, os diretores devem comentar:

- a. grau de eficiência de tais controles, indicando eventuais imperfeições e providências adotadas para corrigi-las

A Companhia atende aos padrões de governança corporativa e considera seus controles internos suficientes para o tipo de atividade e o volume de transações que opera. A Administração está empenhada no constante aprimoramento, efetuando constantes revisões, visando a melhoria contínua de seus processos.

- b. deficiências e recomendações sobre os controles internos presentes no relatório do auditor independente

Como parte dos exames das demonstrações financeiras pelos auditores independentes, relativos aos exercícios de 2007 e 2008, foram elaborados relatórios de controles internos com algumas recomendações, as quais não representaram nenhum comprometimento no desenvolvimento das atividades da Companhia. Estas recomendações foram discutidas com os auditores, e quando aplicáveis, foram adotadas como procedimentos de aperfeiçoamento dos controles da Companhia.

Para o exercício de 2009, os auditores independentes estão em fase de conclusão do relatório de controles internos, todavia, em reuniões de discussões preliminares, não foi apresentada nenhuma situação que possa apresentar risco às atividades da Companhia.

10.7. Caso o emissor tenha feito oferta pública de distribuição de valores mobiliários, os diretores devem comentar:

a. como os recursos resultantes da oferta foram utilizados

Em 1º de junho de 2009, sob coordenação do Banco do Nordeste do Brasil S.A. – BNB (“BNB”), a Companhia realizou a emissão e distribuição de um total de 32 notas promissórias no valor nominal unitário de R\$10,0 milhões, perfazendo o

valor total de R\$320,0 milhões, com remuneração juros correspondentes à variação acumulada de 120% das taxas médias do DI – Depósitos Interfinanceiros de um dia, *over extra grupo*, calculadas e divulgadas pela CETIP, incidentes sobre o valor nominal unitário de cada nota promissória, a partir da data de emissão até o efetivo pagamento, em parcelas semestrais. As notas promissórias têm prazo de vencimento de 360 dias a contar da data de sua emissão, podendo ser reajustadas a qualquer momento, e foram garantidas por aval da EEVP e Denerge, na qualidade de controladoras da Companhia. A Companhia utilizou estes recursos para pagamento de dívidas.

Em dezembro de 2009, a REDE ENERGIA emitiu 370.000 Debêntures simples, não conversíveis em ações, todas nominativas e escriturais, em série única, perfazendo o montante total de R\$ 370 milhões. O custo dessa operação foi de CDI acrescido de um spread de 3,4% a.a. e a liquidação será em 6 parcelas semestrais, sendo que a primeira ocorrerá no 30º mês a partir da emissão.

Os recursos foram utilizados (i) aproximadamente 87,3% dos recursos foram utilizados para o pagamento da obrigação principal e acessória das 32 (trinta e duas) Notas Promissórias da Segunda Emissão; e (ii) aproximadamente 12,7% dos recursos foram utilizados para composição do capital de giro da Companhia.

b. se houve desvios relevantes entre a aplicação efetiva dos recursos e as propostas de aplicação divulgadas nos prospectos da respectiva distribuição
Não houve desvios de qualquer natureza.

c. caso tenha havido desvios, as razões para tais desvios

Não aplicável.

10.8. Os diretores devem descrever os itens relevantes não evidenciados nas demonstrações financeiras do emissor, indicando:

a. os ativos e passivos detidos pelo emissor, direta ou indiretamente, que não aparecem no seu balanço patrimonial (off-balance sheet items), tais como:

Não existem ativos ou passivos detidos pela Companhia, direta ou indiretamente, que não estejam evidenciados em suas Demonstrações Financeiras e Notas Explicativas.

i. arrendamentos mercantis operacionais, ativos e passivos

ii. carteiras de recebíveis baixadas sobre as quais a entidade mantenha riscos e responsabilidades, indicando respectivos passivos

iii. contratos de futura compra e venda de produtos ou serviços

iv. contratos de construção não terminada

v. contratos de recebimentos futuros de financiamentos

b. outros itens não evidenciados nas demonstrações financeiras

Não aplicável.

10.9. Em relação a cada um dos itens não evidenciados nas demonstrações financeiras indicados no item 10.8, os diretores devem comentar:

a. como tais itens alteram ou poderão vir a alterar as receitas, as despesas, o resultado operacional, as despesas financeiras ou outros itens das demonstrações financeiras do emissor

Não aplicável.

b. natureza e o propósito da operação

Não aplicável.

c. natureza e montante das obrigações assumidas e dos direitos gerados em favor do emissor em decorrência da operação

Não aplicável.

10.10. Os diretores devem indicar e comentar os principais elementos do plano de negócios do emissor, explorando especificamente os seguintes tópicos:

a. investimentos, incluindo:

i. descrição quantitativa e qualitativa dos investimentos em andamento e dos investimentos previstos

O quadro abaixo demonstra os investimentos realizados nos últimos 3 anos por empresas operacionais controladas pela Companhia:

R\$ mil	2.009	2.008	2.007
Programa Luz Para Todos	374.752	703.011	501.735
Universalização	58.874	39.490	32.255
FNDCT / EPE / PEE / P&D	48.669	39.629	34.993
Sub-rogação CCC *	102.895	195.900	94.040
Redução de Perdas	32.863	121.146	137.023
Manutenção e melhorias do sistema	267.777	383.588	461.708
Total	885.830	1.482.764	1.261.754

* inclui a Interligação da Ilha de Marajó, no Pará.

Os programas atualmente em andamento estão relacionados a seguir:

Programa Luz para Todos ("LPT") e Programa Nacional de Universalização: em 2009, a Companhia investiu R\$ 433,6 milhões no LPT e Universalização, cuja principal característica é possibilitar o acesso e uso da energia elétrica, a todos os cidadãos domiciliados nas áreas urbanas e rurais do Estado. Os recursos para atendimento do LPT são provenientes da Reserva Global de Reversão ("RGR"), Conta de Desenvolvimento Energético ("CDE"), Estados e Fonte Própria.

Pesquisa & Desenvolvimento: a Companhia investiu ainda R\$ 48,7 milhões em programas de pesquisa & desenvolvimento, relacionados com a produção e operação da concessionária. Esses investimentos são composto pelos seguintes programas: Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (FNDCT), Estudo de Eficiência Energética (EPE), Programa de Eficiência Energética (PEE), e Programa de Pesquisa e Desenvolvimento (P&D).

Sub-rogação CCC: em conformidade com a Resolução ANEEL nº 784 de 24 de dezembro de 2002, e Resolução Autorizativa ANEEL nº 81 de 9 de março de 2004, a Companhia através de suas controladas foi enquadrada na sub-rogação do direito de uso da Conta de Consumo de Combustíveis Fósseis CCC, para subsidiar a implantação de projetos que visam a interligação do sistema e desativação da geração térmica. Com esses recursos foram investidos R\$ 42,5 milhões em 2009.

Interligação da Ilha de Marajó: esse projeto prevê a interligação do Sistema Isolado da Ilha de Marajó ao Sistema Inteligado Nacional, através da extensão da rede elétrica de Tucuruí até o Marajó. Em 2009, a CELPA investiu R\$ 60,4 milhões, com recursos provenientes da sub-rogação CCC.

Programa de Redução de Perdas: são verbas destinadas exclusivamente para o programa de combate às perdas técnicas e não técnicas. Em 2009 foram investidos R\$ 32,9 milhões.

Manutenção e Melhorias no Sistema: são investimentos vegetativos, feitos com caixa próprios, destinados a manutenção, ampliação e melhorias no sistema elétrico. Esses investimentos totalizaram R\$ 267,8 milhões em 2009.

A Companhia e suas subsidiárias continuarão investindo nos programas ora citados nos próximos anos.

ii. fontes de financiamento dos investimentos

Os recursos para Programa Luz Para Todos são provenientes da Reserva Global de Reversão ("RGR"), Conta de Desenvolvimento Energético ("CDE"), Estados e Fonte Própria. Os programas de interligação, como o caso da Ilha do Marajó, possui fonte integralmente subsidiada (sub-rogação CCC) e os demais programas tem como fonte o Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), bancos privados, BNDES e fonte própria.

iii. desinvestimentos relevantes em andamento e desinvestimentos previstos

Em dezembro de 2009, foi assinado “Contrato Condicional de Compra e Venda de Ações e Outras Avenças” entre a Rede Power do Brasil S.A. (“REDE POWER”), T4U Brasil Ltda (“T4U”), Juruena Energia S.A. (“JURUENA”) e REDE ENERGIA, em que, a REDE POWER vendeu à T4U, 100% das ações que detinha da JURUENA, ao preço total de R\$ 29,9 milhões. Cabe acrescentar que a REDE POWER é uma Companhia holding, controlada pela REDE ENERGIA, e que detinha 100,00% do capital total e votante da Companhia de geração JURUENA, cujos principais ativos operacionais eram a PCH Juína e CGH Aripuana, localizadas nos Municípios de Juína e Aripuanã, Estado do Mato Grosso, com capacidade instalada de 5,1 MW e 0,8 MW, respectivamente.

b. desde que já divulgada, indicar a aquisição de plantas, equipamentos, patentes ou outros ativos que devam influenciar materialmente a capacidade produtiva do emissor

Não há qualquer aquisição em vista que influenciará materialmente a capacidade produtiva das subsidiárias da Companhia.

c. novos produtos e serviços, indicando:

i. descrição das pesquisas em andamento já divulgadas

Não aplicável.

ii. montantes totais gastos pelo emissor em pesquisas para desenvolvimento de novos produtos ou serviços

PESQUISA & DESENVOLVIMENTO: a Controladas da Companhia investiram ainda R\$ 48,7 milhões em programas de pesquisa & desenvolvimento, relacionados com a produção e operação da concessionária. Esses investimentos são compostos pelos seguintes programas: Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (FNDCT), Estudo de Eficiência Energética (EPE),

Programa de Eficiência Energética (PEE), e Programa de Pesquisa e Desenvolvimento (P&D).

iii. projetos em desenvolvimento já divulgados

- Implantação do Programa Evoluir a partir do primeiro semestre de 2009. Esse Programa tem por objetivo a integração das diversas iniciativas da Companhia e suas controladas, por meio de um único programa de transformação da gestão e operação. O objetivo é promover mais transparência e agilidade na tomada de decisões estratégicas, contribuindo para o desenvolvimento e o crescimento da Companhia, suas Controladas e colaboradores. O Programa é subdividido em sete projetos:
 - 1. CSC – Centro de Serviços Compartilhados, já implementado, que visa a uniformização dos processos contábeis, fiscais e financeiros;
 - 2. EPC – Estruturação do Processo de Cobrança, cujo objetivo é a criação de uma área de cobrança corporativa, responsável pela elaboração de estratégias, implementação de melhorias, definição das políticas, normas e gestão de indicadores;
 - 3. EOE – Estruturação da Operação de Engenharia, que pretende melhorar a eficiência da área operacional, a partir do aprimoramento das estruturas de engenharia e distribuição das controladas pela Companhias;
 - 4. MCPSE – Manual de Controle Patrimonial do Setor Elétrico, que visa o atendimento às exigências do Manual de Controle Patrimonial do Setor Elétrico, por meio da atualização e manutenção do cadastro técnico, operacional e patrimonial;
 - 5. PRODIST – Procedimentos de Distribuição, que tem por finalidade a adequação dos procedimentos, com o objetivo de atender as determinações da ANEEL;
 - 6. Criação de um novo CALL CENTER, visando o aumento da qualidade do atendimento; e
 - Implantação do sistema SAP, com o objetivo de modernizar as ferramentas de gestão empresarial.

iv. montantes totais gastos pelo emissor no desenvolvimento de novos produtos ou serviços

Não existem novos produtos ou serviços em desenvolvimento.

10.11. Comentar sobre outros fatores que influenciaram de maneira relevante o desempenho operacional e que não tenham sido identificados ou comentados nos demais itens desta seção

Todas as informações relevantes e pertinentes a este tópico foram divulgadas nos itens acima.

2. DESTINAÇÃO DO LUCRO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO

(Conforme informações indicadas no anexo 9-1-II da Instrução CVM 481/09).

(Valores expressos em milhares de reais)

1. Informar o lucro líquido do exercício

O lucro líquido do exercício de 2009 foi de R\$20.338 (Vinte milhões, trezentos e trinta e oito mil).

2. Informar o montante global e o valor por ação dos dividendos, incluindo dividendos antecipados e juros sobre capital próprio já declarados

Não haverá distribuição de dividendos e/ou Juros sobre o capital próprio. O lucro líquido do exercício será utilizado para compensação de prejuízos acumulados.

3. Informar o percentual do lucro líquido do exercício distribuído

Não aplicável.

4. Informar o montante de global e o valor por ação de dividendos distribuídos com base em lucro de exercícios anteriores

Não aplicável.

5. Informar, deduzidos os dividendos antecipados e juros sobre capital próprio já declarados:

- a. O valor bruto de dividendo e juros sobre capital próprio, de forma segregada, por ação de cada espécie e classe

Não aplicável.

- b. A forma e o prazo de pagamento dos dividendos e juros sobre capital próprio

Não aplicável.

- c. Eventual incidência de atualização e juros sobre os dividendos e juros sobre capital próprio

Não aplicável.

- d. Data da declaração de pagamento dos dividendos e juros sobre capital próprio considerada para identificação dos acionistas que terão direito ao seu recebimento

Não aplicável.

6. Caso tenha havido declaração de dividendos ou juros sobre capital próprio com base em lucros apurados em balanços semestrais ou em períodos menores

- a. Informar o montante dos dividendos ou juros sobre capital próprio já declarados

Não aplicável.

- b. Informar a data dos respectivos pagamentos

Não aplicável.

7. Fornecer tabela comparativa indicando os seguintes valores por ação de cada espécie e classe:

a. Lucro líquido do exercício e dos 3 (três) exercícios anteriores

Exercícios:	<u>2.006</u>	<u>2.007</u>	<u>2.008</u>	<u>2.009</u>
Lucro Líquido (R\$ mil) :	88.518	28.670	179.169	20.338
Quantidade de Ações (milhares):	284.267	304.809	322.075	322.075
Lucro Líquido por ação (R\$):	0,31	0,09	0,56	0,06

b. Dividendo e juro sobre capital próprio distribuído nos 3 (três) exercícios anteriores

Não aplicável. Não houve distribuição de dividendos pela existência de prejuízos acumulados

8. Havendo destinação de lucros à reserva legal

a. Identificar o montante destinado à reserva legal

Não aplicável.

b. Detalhar a forma de cálculo da reserva legal

Não aplicável.

9. Caso a companhia possua ações preferenciais com direito a dividendos fixos ou mínimos

a. Descrever a forma de cálculos dos dividendos fixos ou mínimos

O estatuto estabelece distribuição de dividendo não cumulativos, no mínimo 10% maiores do que os atribuídos às ações ordinárias.

- b. Informar se o lucro do exercício é suficiente para o pagamento integral dos dividendos fixos ou mínimos

Não aplicável.

- c. Identificar se eventual parcela não paga é cumulativa

Não aplicável.

- d. Identificar o valor global dos dividendos fixos ou mínimos a serem pagos a cada classe de ações preferenciais

Não aplicável.

- e. Identificar os dividendos fixos ou mínimos a serem pagos por ação preferencial de cada classe

Não aplicável.

10. Em relação ao dividendo obrigatório

- a. Descrever a forma de cálculo prevista no estatuto

Os acionistas terão direito de receber como dividendo obrigatório, em cada exercício, no mínimo 25% do lucro líquido do exercício, observado o disposto no art. 7º.

- b. Informar se ele está sendo pago integralmente

O lucro líquido do exercício está sendo utilizado para compensação de prejuízos acumulados.

c. Informar o montante eventualmente retido

Não aplicável

11. Havendo retenção do dividendo obrigatório devido à situação financeira da companhia

a. Informar o montante da retenção

Não aplicável.

b. Descrever, pormenorizadamente, a situação financeira da companhia, abordando, inclusive, aspectos relacionados à análise de liquidez, ao capital de giro e fluxos de caixa positivos

Não aplicável.

c. Justificar a retenção dos dividendos

Não aplicável.

12. Havendo destinação de resultado para reserva de contingências

a. Identificar o montante destinado à reserva

Não aplicável.

b. Identificar a perda considerada provável e sua causa

Não aplicável.

c. Explicar porque a perda foi considerada provável

Não aplicável.

d. Justificar a constituição da reserva

Não aplicável.

13. Havendo destinação de resultado para reserva de lucros a realizar

a. Informar o montante destinado à reserva de lucros a realizar

Não aplicável.

b. Informar a natureza dos lucros não-realizados que deram origem à reserva

Não aplicável.

14. Havendo destinação de resultado para reservas estatutárias

a. Descrever as cláusulas estatutárias que estabelecem a reserva

Não aplicável.

b. Identificar o montante destinado à reserva

Não aplicável.

c. Descrever como o montante foi calculado

Não aplicável.

15. Havendo retenção de lucros prevista em orçamento de capital

a. Identificar o montante da retenção

Não aplicável.

b. Fornecer cópia do orçamento de capital

Não aplicável.

16. Havendo destinação de resultado para a reserva de incentivos fiscais

a. Informar o montante destinado à reserva

Não aplicável.

b. Explicar a natureza da destinação

Não aplicável.

3. ELEIÇÃO DE ADMINISTRADORES

CANDIDATOS INDICADOS OU APOIADOS PELA ADMINISTRAÇÃO OU ACIONISTAS CONTROLADORES

(Nos termos dos itens 12.6 a 12.10 do
Formulário de Referência da Instrução CVM 480/09)

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO
DATA DE ELEIÇÃO E POSSE: 29/ABRIL/2010
PRAZO DE MANDATO: ATÉ ABRIL/2012

Item 12.6. – Tabela

NOME	IDADE	PROFISSÃO	CPF	CARGO ELETIVO OCUPADO	INDICAÇÃO CONTROLADOR	OUTROS CARGOS EXERCIDOS NA COMPANHIA
Jorge Queiroz de Moraes Junior	65	Engenheiro Naval	005.352.658-91	Presidente	Sim	N/A
Alberto José Rodrigues Alves	66	Engenheiro	029.912.508-44	Conselheiro Administrativo	Sim	N/A
Sebastião Bimbati	76	Economista	008.653.388-68	Conselheiro Administrativo	Sim	N/A
Plácido Gonçalves Meirelles	75	Industrial	008.482.718-15	Conselheiro Administrativo	Sim	N/A
José Eduardo Costanzo	64	Engenheiro Civil	312.667.548-49	Conselheiro Administrativo	Sim	N/A
Cargo Vago (**)				Conselheiro Administrativo	Sim	N/A
Joaquim Dias Castro	31	Economista	909.933.140-15	Conselheiro Administrativo	BNDESPAR	Comitê de Gestão
Martus Antonio Rodrigues Tavares	54	Economista	072.185.323-49	Conselheiro Independente	Sim	N/A
João Carlos Hopp	81	Economista	201.275.708-10	Conselheiro Independente	Sim	N/A

(*) N/A – Não aplicável

(**) O Conselho de Administração poderá ser composto por no mínimo 07 e no máximo 09 membros, razão pela qual o cargo poderá ser mantido vago. A administração convidou o Sr. João Carlos Hopp para permanecer no Conselho de Administração.

CONSELHO FISCAL
DATA DE ELEIÇÃO E POSSE: 29/ABRIL/2010
PRAZO DE MANDATO: ATÉ ABRIL/2011

Item 12.6. - Tabela

NOME	IDADE	PROFISSÃO	CPF	CARGO ELETIVO OCUPADO	INDICAÇÃO CONTROLADOR	OUTROS CARGOS EXERCIDOS NA COMPANHIA
Fernando Quartim Barbosa de Figueiredo	67	Engenheiro	010.320.708-20	Conselheiro Efetivo	Sim	N/A
Carlos Souza Barros de Carvalhosa	80	Engenheiro Civil	003.684.158-72	Conselheiro Efetivo	Sim	N/A
Osmar José Vicchiatti	68	Administrador e Economista	070.546.298-68	Conselheiro Efetivo	Sim	Conselheiro Administrativo
Annibal Ribeiro do Valle Filho	59	Engenheiro Civil	165.529.386-91	Conselheiro Efetivo	Sim	N/A
Rafael Costa Strauch	33	Economista	076.894.557-78	Conselheiro Efetivo	BNDESPAR	N/A
Antonio Carlos de Paula	55	Engenheiro	642.752.998-68	Suplente	Sim	N/A
Marcos de Jesus Costa	52	Publicitário	006.975.348-20	Suplente	Sim	N/A
Otmar Mário Brull	75	Engenheiro	013.562.408-87	Suplente	Sim	N/A
Kleber Cimini Lage	66	Engenheiro Eletricista	002.516.401.59	Suplente	Sim	N/A
Marcelo Marcolino	39	Contador	857.199.007-72	Suplente	BNDESPAR	N/A

(*) N/A – Não aplicável

12.7. Fornecer as informações mencionadas no item 12.6 em relação aos membros dos comitês estatutários, bem como dos comitês de auditoria, de risco, financeiro e de remuneração, ainda que tais comitês ou estruturas não sejam estatutários

COMITÊ DE GESTÃO
OS MEMBROS SERÃO ELEITOS E EMPOSSADOS POR MEIO DE REUNIÃO
DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO DA COMPANHIA, EM DATA A SER
DEFINIDA APÓS A REALIZAÇÃO DA ASSEMBLIA GERAL ORDINÁRIA
PRAZO DE MANDATO: 02 (DOIS) ANOS

NOME	IDADE	PROFISSÃO	CPF	CARGO ELETIVO OCUPADO	INDICAÇÃO CONTROLADOR	OUTROS CARGOS EXERCIDOS NA COMPANHIA
Jorge Queiroz de Moraes Junior	65	Engenheiro Naval	005.352.658-91	Coordenador do Comitê	Sim	Conselheiro de Administração
Alberto José Rodrigues Alves	66	Engenheiro	029.912.508-44	Secretário do Comitê	Sim	Conselheiro de Administração
Joaquim Dias Castro	31	Economista	909.933.140-15	Membro do comitê	BNDESPAR	Conselheiro de Administração
João Carlos Hopp	81	Economista	201.275.708-10	Membro do Comitê	Sim	Conselheiro Independente

Item 12.8. (a) (i) e (ii) CURRÍCULOS DOS ADMINISTRADORES:

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

JORGE QUEIROZ DE MORAES JUNIOR

Data de Nascimento: 16 de janeiro de 1945

Formado em Engenharia Naval pela Escola Politécnica da USP

Administração de Empresas Nível Pós Graduação e de Mestrado

Doutorado (PHD) Michigan State – University – USA – Especialização em Finanças e Contabilidade

EXPERIÊNCIA PROFISSIONAL: Presidente do Conselho de Administração da Companhia desde abril de 1995. É presidente do conselho de administração de várias empresas, incluindo as empresas de geração de energia elétrica da Rede Energia e também o Presidente do Conselho de Curadores da Fundação

Aquarela, bem como, Membro Efetivo e Presidente do Conselho Deliberativo da REDEPREV – Fundação Rede de Previdência.

Presidente do Conselho de Administração das empresas: Rede Energia S.A. (Cia Aberta), Empresa de Eletricidade Vale Paranapanema S.A., Centrais Elétricas do Pará S.A. – CELPA (Cia Aberta), Centrais Elétricas Matogrossenses S.A. – CEMAT (Cia Aberta), Companhia de Energia Elétrica do Estado do Tocantins – CELTINS, Tangará Energia S.A., QMRA Participações S.A., Companhia Força e Luz do Oeste, Companhia Nacional de Energia Elétrica, Couto Magalhães Energia S.A., Empresa Elétrica Bragantina S.A., Empresa Energética de Mato Grosso do Sul S.A. – ENERSUL (Cia Aberta), Rede Eletricidade e Serviços S.A., e Vale do Vacaria Açúcar e Álcool S.A e Tangará Energia S.A.

Diretor das empresas: BBPM – Participações S.A, Caiuá Distribuição de Energia S.A., Companhia Força e Luz do Oeste, Companhia Geral, Companhia Nacional de Energia Elétrica, Denerge Desenvolvimento Energético S.A., Empresa Elétrica Bragantina S.A., Empresa de Distribuição de Energia Vale Paranapanema S.A., Empresa Energética de Mato Grosso do Sul S.A. – ENERSUL, JQMJ – Participações S.A., Juruena Energia S.A., Rede Comercializadora de Energia S.A., Rede Couto Magalhães Energia S.A., Rede Participações S.A, Rede Eletricidade e Serviços S.A., Rede Peixe Energia S.A., Rede Power do Brasil S.A.

Sócio Administrador: Agro Pastoril Lageado Ltda, Batia Exportação e Importação Ltda., Bia – TV Cabo Ltda., Caiuá – Cargas Aéreas Ltda.

ALBERTO JOSÉ RODRIGUES ALVES

Data de Nascimento: 10 de novembro de 1943

Engenheiro Eletricista com especialização em Eletrônica – Escola de Engenharia Mauá

Pós Graduação em Administração de Empresas – Fundação Getúlio Vargas

Mestrado em Finanças e Contabilidade pela Fundação Getúlio Vargas

EXPERIÊNCIA PROFISSIONAL: Membro do Conselho de Administração desde abril de 1995. Foi Diretor Financeiro da Batia Exportação e Importação S.A – 1987/1988. Diretor Técnico e Sócio da Tacan Eletrônica Ltda – 1975/1986. Gerente do Departamento Técnico da Empresa Elétrica Bragantina S.A –

1971/1974. Gerente Técnico da Liceu de Artes e Ofícios de São Paulo – 1968/1971.

Vice-Presidente do Conselho de Administração: da Tangará Energia S.A e Denerge Desenvolvimento Energético S.A.

Membro do Conselho de Administração das empresas: Rede Energia S.A (Cia Aberta), Empresa de Eletricidade Vale Paranapanema S/A, Empresa Energética de Mato Grosso do Sul S.A. – ENERSUL (Cia Aberta), Centrais Elétricas do Pará S/A – CELPA (Cia Aberta), Centrais Elétricas Matogrossenses S/A – CEMAT (Cia Aberta), Fundação Aquarela, QMRA Participações S.A., Couto Magalhães Energia S.A, Vale do Vacaria Açúcar e Álcool S.A e Companhia de Energia Elétrica do Estado do Tocantins – CELTINS;

Diretor das empresas: BBPM – Participações S.A, JQMJ – Participações S.A. e Elucid Partners S.A..

Sócio Administrador: Agro Pastoril Lageado Ltda, Batia Exportação e Importação Ltda., Bia – TV Cabo Ltda., Caiuá – Cargas Aéreas Ltda.

SEBASTIÃO BIMBATI

Data de Nascimento: 25 de janeiro de 1934

Formado em Economia pela Faculdade Armando Álvares Penteado - SP - 1961

EXPERIÊNCIA PROFISSIONAL: Membro do Conselho de Administração de várias empresas desde 1995. Foi Gerente Financeiro e Contábil da Companhia Energética de São Paulo.

Membro do Conselho de Administração das empresas: Empresa de Eletricidade Vale Paranapanema S.A., Rede Energia S.A. (Cia Aberta), Centrais Elétricas do Pará S.A – CELPA (Cia Aberta), Companhia de Energia Elétrica do Estado do Tocantins – CELTINS (Cia Aberta), Centrais Elétricas Matogrossenses S.A. – CEMAT (Cia Aberta), Companhia Força e Luz do Oeste, Tangará Energia S.A, Vale do Vacaria Açúcar e Álcool S.A., Couto Magalhães Energia S.A.

PLÁCIDO GONÇALVES MEIRELLES

Data de Nascimento: 25 de dezembro de 1934

EXPERIÊNCIA PROFISSIONAL: É membro do Conselho de Administração desde abril de 2000. É sócio Gerente da Trois Elles Modas e Confecções. Atuou como

membro do Conselho Deliberativo da REDEPREV e como diretor da Termocerâmica São Martinho.

Diretor Vice Presidente da empresa: Denerge - Desenvolvimento Energético S.A

Diretor das empresas: Empresa Elétrica Bragantina S.A., Companhia Nacional de Energia Elétrica e Companhia de Energia Elétrica do Estado do Tocantins – CELTINS.

Membro do Conselho de Administração das empresas: Empresa de Eletricidade Vale Paranapanema S.A, Rede Energia S.A. (Cia Aberta), QMRA Participações S.A. e Empresa Energética de Mato Grosso do Sul S.A – ENERSUL (Cia Aberta)

JOSÉ EDUARDO COSTANZO

Data de Nascimento: 25 de novembro de 1945

Formado em Engenharia Civil pela Escola de Engenharia de São Carlos – Universidade de São Paulo – SP

EXPERIÊNCIA PROFISSIONAL: Membro da diretoria desde março de 2004. Foi responsável pela coordenação da implantação das usinas de Rosal, Guaporé e Lajeado e apoio de engenharia à implantação da UHE Peixe Angical (452 MW). Foi diretor de Engenharia e Construção da CESP – Companhia Energética do Estado de São Paulo e Diretor de Construção da Badra S.A.

Diretor das empresas: Couto Magalhães Energia S.A, Rede Energia S.A. (Cia Aberta), Tangará Energia S.A, Rede Power do Brasil S.A e Vale do Vacaria Açúcar e Álcool S.A.

Membro do Conselho de Administração da empresa: Empresa de Eletricidade Vale Paranapanema S.A.

JOAQUIM DIAS DE CASTRO

Nascido em 13/06/1978, brasileiro, é Gerente da Área de Mercado de Capitais do BNDES, no qual trabalha desde 2004. Anteriormente, em 2003, trabalhou na Telos – Fundação Embratel de Seguridade Social, como acompanhador de participações acionárias daquela instituição.

Atualmente é membro titular do Conselho de Administração da REDE ENERGIA S.A. e CTX Participações S.A., empresa controladora da Contax, maior empresa brasileira de *contact center*. Também, desde abril de 2008, é membro suplente do

Conselho de Administração da Telemar Participações S.A., da Tele Norte Leste Participações S.A. e da Light Energia S.A.. Em 2003 foi membro do Conselho de Administração da Telemig Celular Participações S.A..

Formado em Economia pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul, concluído em 2000, com mestrado em economia pela EPGE/FGV (Rio de Janeiro), concluído em 2008.

MARTUS ANTONIO RODRIGUES TAVARES

Data de Nascimento: 27 de junho de 1955

Economista, com pós-graduação pela Universidade de São Paulo concluído em 1983.

EXPERIÊNCIA PROFISSIONAL: Foi professor e pesquisador da Universidade Estadual de Londrina (Paraná), no período de 1980-1986. Ocupou os cargos de Economista-Chefe, Secretário-Executivo e Ministro de Estado, do Ministério do Planejamento (1994-2002). Foi Diretor executivo pelo Brasil e Suriname no Banco-Interamericano de Desenvolvimento (BID) no período de 2002/2004, e em 2005, de Secretário de Economia e Planejamento do Estado de São Paulo. Atualmente é Vice-Presidente Executivo da Federação das Indústrias do Estado de São Paulo.

JOÃO CARLOS HOPP

Data de Nascimento: 28 de fevereiro de 1929

É formado em economia pela Faculdade de Economia de São Paulo da Fundação Álvares Penteado.

EXPERIÊNCIA PROFISSIONAL: Membro do Conselho de Administração, na qualidade de Conselheiro Independente, desde dezembro de 2005. Foi membro do conselho de administração da Fábrica de Artefatos de Borracha Cestari Ltda., Saraiva S/A – Livreiros Editores e Bombril Círio S/A. Foi também professor na Faculdade de Administração da Fundação Getúlio Vargas.

CONSELHO FISCAL – MEMBROS EFETIVOS

FERNANDO QUARTIM BARBOSA DE FIGUEIREDO



Data de Nascimento: 08 de Outubro de 1942

Engenheiro Formado pela Escola de Engenharia de Mauá – 1966

Administração de Empresas – Fundação Getúlio Vargas – 1972

EXPERIÊNCIA PROFISSIONAL:

Assessor da Diretoria do Grupo Rede – desde 1995;

Membro do Conselho Administração da Itamarati Norte S/A Agropecuária;

Membro do Conselho Administração da Centrais Elétricas do Pará S/A – CELPA (Cia Aberta);

Membro do Conselho de Administração da Empresa de Eletricidade Vale Paranapanema S.A.;

Membro Suplente do Conselho de Administração da Tangará Energia S.A.;

Membro do Conselho Administração da REDE ENERGIA S/A;

Membro do Conselho Administração da Centrais Elétricas Matogrossenses S/A – CEMAT (Cia Aberta);

Consultor do Grupo Vicunha e do Banco Safra para assuntos de privatização – 1994/1995;

Assessor do Secretário na Secretaria de Planejamento e Gestão de São Paulo – 1994/1995;

Coordenador de Recursos Hídricos da Secretário de Recursos Hídricos Saneamento e Obras São Paulo – 1993/1994;

Coordenador de Energia da Secretaria de Energia e Saneamento, São Paulo – 1992/1993;

Diretor de Concessões do Dep. Nacional de Águas e Energia Elétrica -DNAEE – 1991/1992;

Diretor do Departamento de Energia do Instituto de Engenharia de São Paulo – 1993;

Consultor do Grupo Rede – 1988-1995;

Vice-Presidente Executivo da Cia. Nacional de Energia Elétrica – 1985/1988;

Vice-Presidente Executivo da Eletropaulo – Eletricidade de São Paulo S/A - 1983/1984;

Diretor Financeiro do Departamento de Águas e Energia Elétrica – DNAEE – 1980/1983;

Chefe do Departamento de Investimentos da Eletrobrás – 1979/1980;



Diretor Adjunto de Controle da CESP – Cia. Energética de São Paulo - 1978/1979;
Diretor Financeiro da Cia. Paulista de Força e Luz – 1975/1978;
Consultor da Diretoria do Banco Auxiliar de São Paulo S.A. 1972/1975;
Chefe da Divisão de Custos do Banco Itaú S.A. 1971/1972;
Engenheiro da Divisão de Manufatura da FORD do Brasil S.A. 1967/1971.
Atualmente é Membro do Conselho Fiscal da REDE Energia S.A. (atual denominação social de Rede Empresas de Energia Elétrica S.A. e Caiuá – Serviços de Eletricidade S.A.) , Membro suplente no Conselho Fiscal da Centrais Elétricas do Pará S.A – CELPA (Cia Aberta), Membro efetivo no Conselho Fiscal da Centrais Elétricas Matogrossenses S.A – CEMAT (Cia Aberta), e Conselheiro Curador da Fundação Aquarela.

CARLOS SOUZA BARROS DE CARVALHOSA

Data de Nascimento: 05 de dezembro de 1929

É engenheiro civil formado pela Escola Politécnica da Universidade de São Paulo (1948/1952).

Seminários e Cursos de aperfeiçoamento e atualização na área de O&M e Informática – Análise de Sistema – Bancos de Dados.

EXPERIÊNCIA PROFISSIONAL: Membro do Conselho Fiscal da Rede Energia S.A desde abril de 2006. É também membro do conselho fiscal da Centrais Elétricas do Pará S.A - CELPA (Cia Aberta), Centrais Elétricas Matogrossenses S.A - CEMAT (Cia Aberta) e Companhia de Energia Elétrica do Estado do Tocantins - CELTINS. Foi gerente da CNBO – Produtora de Energia Elétrica Ltda. de 1997 a 1998 e diretor de investimentos incentivados da Investco S.A.

ANNIBAL RIBEIRO DO VALLE FILHO

Data de Nascimento: 30 de abril de 1951

É formado em engenharia civil pela Escola de Engenharia da Universidade Federal de Minas Gerais – UFMG com curso de especialização em administração pela Fundação Getúlio Vargas, concluído em 1981.

EXPERIÊNCIA PROFISSIONAL: Membro do Conselho Fiscal da REDE ENERGIA S.A (Cia Aberta) desde abril de 2000. É também membro suplente dos

Conselhos Fiscais de Centrais Elétricas do Pará S.A - CELPA (Cia Aberta), Centrais Elétricas Matogrossenses S.A – CEMAT e da Companhia de Energia Elétrica do Estado do Tocantins – CELTINS, e ainda, membro efetivo do Conselho Fiscal da Empresa de Eletricidade Vale Paranapanema S.A. Foi gerente técnico da Construtora Beter S.A. e gerente de planejamento, orçamento e controle da Badra S.A. de 1982 a 1995. É Sócio Gerente da Planorc Serviços de Engenharia S/C Ltda. Foi professor da Escola de Engenharia de Alfenas, Minas Gerais.

RAFAEL COSTA STRAUCH

Data de nascimento: 23 de junho de 1976

É formado em economia pela Universidade Federal do Rio de Janeiro e em administração pela Faculdade IBMEC e Mestrando pela EPGE/FGV-RJ.

EXPERIÊNCIA PROFISSIONAL: BNDES desde janeiro de 2004. Atualmente é Membro do Conselho Fiscal desde abril de 2008.

OSMAR JOSE VICHIATTI

Data de Nascimento: 13 de novembro de 1941

É graduado em Administração de Empresas e Ciências Econômicas pela Universidade de São Paulo.

EXPERIÊNCIA PROFISSIONAL: Membro do Conselho Fiscal desde abril de 2006. É membro do conselho deliberativo da REDEPREV - Fundação Rede de Previdência. Foi diretor da Empresa Elétrica Bragantina S.A (EEB) e diretor e membro do conselho de administração de outras empresas controladas da Rede Energia S.A de 1980 a 2003.

MEMBROS SUPLENTE

ANTONIO CARLOS DE PAULA

Data de Nascimento: 16 de setembro de 1954

Fundação Getúlio Vargas – São Paulo/SP

Gerenciamento de empreendimentos objetivando o controle físico e financeiro

Contabilidade e finanças para executivos não financeiros



Análise de Balanço e avaliação financeira

Universidade de Mogi das Cruzes – Mogi/SP

Engenharia elétrica & Operacional em eletrônica

EXPERIÊNCIA PROFISSIONAL: (Atual)–ERICSSON TELECOMUNICAÇÕES – São Paulo/SP - Gerente de Projetos - Gerenciamento de projetos de telefonia celular, acompanhamento físico financeiro e estratégia de novos negócios e Gerente de Filial de Salvador - Gerenciamento de implantação uma nova rede de telefonia celular para Operador da Banda B

MEMBRO: PROJECT MANAGEMENT INSTITUTE – PMI – USA

Gerenciamento de empreendimento.

É Membro Efetivo do Conselho Fiscal (Efetivo) da Centrais Elétricas do Pará S.A – CELPA (Cia Aberta)–

Foi membro efetivo do Conselho Fiscal da Rede Energia S.A e atualmente é membro suplente.

Foi membro efetivo do Conselho Fiscal da Centrais Elétricas Matogrossenses S.A.-CEMAT (Cia Aberta), sendo atualmente membro suplente.

Foi e permanece Membro Suplente do Conselho Fiscal da Empresa de Eletricidade Vale Paranapanema S/A

Foi membro suplente do Conselho Fiscal da Companhia de Energia Elétrica do Estado do Tocantins – CELTINS e atualmente é membro efetivo.

MARCOS DE JESUS COSTA

Data de nascimento: 29 de abril de 1958

É formado em publicidade e propaganda pela Faculdade de Comunicação Social Casper Líbero e MBA em gestão e estratégica e econômica pela Fundação Getúlio Vargas.

EXPERIÊNCIA PROFISSIONAL: Electrolux do Brasil S/A – 2006 até hoje - Gerente de Vendas – Regional Sudeste. BS Continental S/A Utilidades Domésticas – 1999 – 2005 - Gerente Regional - São Paulo.- 2003 a 2005 Supermercados e televidas de São Paulo e Minas Gerais.Gerente Key Account de 1999 a 2003. Samsung Eletrônica da Amazônia Ltda – 07/98 até 02/99 - Gerente de Contas em São Paulo e Minas Gerais com os principais revendedores de eletro-eletrônicos.



Sony da Amazônia Ltda. - Divisão Produtos de Consumo - 01/96 até 07/98.

Chefe de Vendas, responsável por toda a linha de produtos eletrônicos de consumo.

Singer do Brasil Indústria e Comércio Ltda - Divisão Sansui - 02/93 até 12/95
Gerente Nacional de Vendas, responsável pela implantação da nova marca no mercado interno. Gerenciamento de uma equipe com 18 representantes nas principais capitais do país, para as quais viajava freqüentemente. Gestão e desenvolvimento de processos para controle de comissões, campanha de incentivo de vendas, distribuição de cotas, administração dos pedidos, controle de estoque, determinação de preços e políticas de vendas.

Sharp S.A. Equipamentos Eletrônicos - 10/84 a 02/93. Atuação desde demonstrador, comercial *trainee*, promotor, supervisor de contas, até supervisor de promotor III como responsável pela distribuição de cotas a uma equipe composta por quatro promotores e quatro demonstradoras, distribuídos em diferentes regiões de atuação.

Rádio Diário do Grande ABC (Estágio) - 02/84 a 10/84 - Área comercial, com a função de contato. Publicações Informativas Ltda. (Estágio) - 10/83 a 02/84.

Comercialização do Anuário Brasileiro de Propaganda (ABP), Anuário Brasileiro de Mídia (ABM) e do M&M documento.

Itaú Seguradora S.A. - 01/80 a 10/83.

Auditor assistente, com atividades relacionadas à elaboração de papéis de trabalho, programa de revisão de apólices de seguro e análise de balanços.

Membro do Conselho de Administração da empresa: Companhia Nacional de Energia Elétrica, controlada da Rede Energia S.A.

OTMAR MÁRIO BRULL

Data de nascimento - 04/05/1934

Membro do Conselho Fiscal da REDE ENERGIA S.A desde abril de 2008. É formado em engenharia civil e elétrica pela Escola de Engenharia da Universidade Mackenzie

KLEBER CIMINI LAGE

Data de Nascimento: 06 de agosto de 1943

Engenheiro Eletricista formado pela Universidade Federal de Goiás. Foi professor do Departamento de Eletrotécnica da Escola de Engenharia da Universidade Federal de Goiás. Atuou na área de engenharia das Centrais Elétricas do Goiás – Celg de 1968 a 1975 e posteriormente passou a exercer o cargo de Diretor de Operações. Foi Diretor do Departamento Estadual de Águas e Energia Elétrica de Goiás e assessor da Diretoria da Eletronorte em 1983. Atuou como diretor de Planejamento da Celtins e como Diretor Estatutário da Investco S.A de 1998 a 2003. Exerceu ainda o cargo de Assessor da Rede Energia de 2003 a 2006.

É membro efetivo dos conselhos fiscais das Centrais Elétricas do Pará S.A – CELPA (Cia Aberta), das Centrais Elétricas Matogrossenses S.A – CEMAT (Cia Aberta), da Companhia de Energia Elétrica do Estado do Tocantins – CELTINS.

MARCELO MARCOLINO

Data de nascimento: 15/05/1970

Membro do Conselho Fiscal desde abril de 2008. É formado em ciências contábeis pela Universidade do Estado do Rio de Janeiro e MBA em finanças e direito pela Fundação Getúlio Vargas e MBA Executivo em finanças corporativas pelo IBMEC - RJ.

a. descrição de qualquer dos seguintes eventos que tenham ocorrido durante os últimos 5 anos:

i. qualquer condenação criminal

Resposta: Não há condenação desta natureza imputada aos membros indicados para o Conselho de Administração e nem aos membros do Conselho Fiscal.

ii. qualquer condenação em processo administrativo da CVM e as penas aplicadas

Resposta: Não há condenação desta natureza imputada aos membros indicados para o Conselho de Administração e nem aos membros do Conselho Fiscal.

- iii. qualquer condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspenso ou inabilitado para a prática de uma atividade profissional ou comercial qualquer

Resposta: Não há condenação desta natureza imputada aos membros indicados para o Conselho de Administração e nem aos membros do Conselho Fiscal.

12.9. Informar a existência de relação conjugal, união estável ou parentesco até o segundo grau entre:

- a) administradores do emissor

Resposta: Não aplicável para os membros indicados como Conselheiros Administrativos da Emissora e Conselheiros Fiscais da Emissora.

- b) (i) administradores do emissor e (ii) administradores de controladas, diretas ou indiretas, do emissor

Resposta: Não aplicável para os membros indicados como Conselheiros Administrativos da Emissora e Conselheiros Fiscais da Emissora.

- c) (i) administradores do emissor ou de suas controladas, diretas ou indiretas e (ii) controladores diretos ou indiretos do emissor

Resposta: Não aplicável para os membros indicados como Conselheiros Administrativos da Emissora e Conselheiros Fiscais da Emissora.

- d) (i) administradores do emissor e (ii) administradores das sociedades controladoras diretas e indiretas do emissor

Resposta: Não aplicável para os membros indicados como Conselheiros Administrativos da Emissora e Conselheiros Fiscais da Emissora.

12.10. Informar sobre relações de subordinação, prestação de serviço ou controle mantidas, nos 3 últimos exercícios sociais, entre administradores do emissor e:

- a. sociedade controlada, direta ou indiretamente, pelo emissor
- b. controlador direto ou indireto do emissor

Respostas aos itens “a” e “b”:

I - Parte dos membros do conselho de administração são administradores de empresas controladas ou controladores da REDE ENERGIA S.A, conforme segue:

Jorge Queiroz de Moraes Junior – É acionista controlador e administrador da JQMJ Participações S.A e da BBPM Participações S.A, as quais controlam a DENERGE – Desenvolvimento Energético S.A, controladora da Empresa de Eletricidade Vale Paranapanema S.A, que é a controladora direta da REDE ENERGIA S.A., das quais também é administrador.

É administrador de empresas controladas pela REDE ENERGIA S.A, tais como: Caiuá – Distribuição de Energia S.A (Diretor), Empresa Elétrica Bragantina S.A (Conselheiro Administrativo e Diretor), Companhia Nacional de Energia Elétrica (Conselheiro Administrativo e Diretor), QMRA – Participações S.A (Conselheiro Administrativo), Centrais Elétricas do Pará S.A – CELPA (Cia Aberta) (Conselheiro Administrativo), Companhia de Energia Elétrica do Estado do Tocantins – CELTINS (Conselheiro Administrativo), Centrais Elétricas Matogrossenses S.A – CEMAT (Cia Aberta) (Conselheiro Administrativo), Companhia Força e Luz do Oeste (Conselheiro Administrativo e Diretor), Empresa Energética do Mato Grosso do Sul S.A – ENERSUL (Conselheiro Administrativo e Diretor), Rede Power do Brasil S.A (Diretor), Empresa de Distribuição de Energia Vale Paranapanema S.A (Diretor), Rede Comercializadora de Energia S.A (Diretor), Rede Eletricidade e Serviços S.A (Conselheiro Administrativo e Diretor), Tangará Energia S.A (Conselheiro Administrativo e Diretor), Juruena Energia S.A. (Diretor), e Vale do Vacaria



Açúcar e Álcool S.A (Conselheiro Administrativo), que controla a Anhanduí Açúcar e Álcool Ltda., na qual é administrador.

Alberto José Rodrigues Alves - É Diretor da JQMJ Participações S.A e da BBPM Participações S.A, as quais controlam a DENERGE – Desenvolvimento Energético S.A, controladora da Empresa de Eletricidade Vale Paranapanema S.A, da qual é acionista minoritário, controladora direta da REDE ENERGIA S.A. das quais também é administrador.

É administrador de empresas controladas pela REDE ENERGIA S.A, tais como: QMRA – Participações S.A (Conselheiro Administrativo), Centrais Elétricas do Pará S.A – CELPA (Cia Aberta) (Conselheiro Administrativo), Companhia de Energia Elétrica do Estado do Tocantins – CELTINS (Conselheiro Administrativo), Centrais Elétricas Matogrossenses S.A – CEMAT (Cia Aberta) (Conselheiro Administrativo), Empresa Energética do Mato Grosso do Sul S.A – ENERSUL (Conselheiro Administrativo), Tangará Energia S.A (Conselheiro Administrativo), e Vale do Vacaria Açúcar e Álcool S.A. (Conselheiro de Administração e Acionista), que controla a Anhanduí Açúcar e Álcool Ltda.

Sebastião Bimbatí - É Conselheiro Administrativo da Empresa de Eletricidade Vale Paranapanema S.A, que é a controladora direta da REDE ENERGIA S.A..

É membro do Conselho de Administração de empresas controladas pela REDE ENERGIA S.A, tais como: Empresa Elétrica Bragantina S.A, QMRA – Participações S.A, Centrais Elétricas do Pará S.A – CELPA (Cia Aberta), Companhia de Energia Elétrica do Estado do Tocantins – CELTINS, Centrais Elétricas Matogrossenses S.A – CEMAT (Cia Aberta), Companhia Força e Luz do Oeste, Tangará Energia S.A, e Vale do Vacaria Açúcar e Álcool S.A., que controla a Anhanduí Açúcar e Álcool Ltda.

Plácido Gonçalves Meirelles - É acionista minoritário da BBPM Participações S.A, a qual controla a DENERGE – Desenvolvimento Energético S.A, da qual também é acionista minoritário (4,16% do total do capital e 7,41% do capital



preferencial), controladora da Empresa de Eletricidade Vale Paranapanema S.A, da qual é acionista minoritário (2,37% do total do capital e 3,65% do capital votante), que é a controladora direta da REDE ENERGIA S.A. das quais também é administrador.

É administrador de empresas controladas pela REDE ENERGIA S.A, tais como: Empresa Elétrica Bragantina S.A (Diretor), Companhia Nacional de Energia Elétrica (Diretor), QMRA – Participações S.A (Conselheiro Administrativo), e Empresa Energética do Mato Grosso do Sul S.A – ENERSUL (Conselheiro Administrativo).

José Eduardo Costanzo - É membro do Conselho de Administração da Empresa de Eletricidade Vale Paranapanema S.A, controladora direta da REDE ENERGIA S.A.

É administrador de empresas controladas pela REDE ENERGIA S.A, tais como: Rede Power do Brasil S.A (Diretor), Tangará Energia S.A (Diretor), e Vale do Vacaria Açúcar e Álcool S.A.(Diretor), que controla a Anhanduí Açúcar e Álcool Ltda.

Não aplicável aos conselheiros administrativos: João Carlos Hopp, Martus Antonio Rodrigues Tavares e Joaquim Dias Castro.

II - Parte dos membros do conselho fiscal são membros do conselho fiscal de empresas controladas da REDE ENERGIA S.A, conforme segue:

Fernando Quartim Barbosa de Figueiredo – É membro suplente do Conselho Fiscal da Centrais Elétricas do Pará S.A – CELPA (Cia Aberta), controlada pela QMRA – Participações S.A e REDE ENERGIA S.A; e membro efetivo do Conselho Fiscal da Centrais Elétricas Matogrossenses S.A – CEMAT (Cia Aberta), controlada pela REDE ENERGIA S.A.

Carlos Souza Barros de Carvalho - É membro efetivo dos Conselhos Fiscais da Centrais Elétricas do Pará S.A - CELPA (Cia Aberta), controlada pela QMRA – Participações S.A e REDE ENERGIA S.A; Centrais Elétricas

Matogrossenses S.A - CEMAT (Cia Aberta), e da Companhia de Energia Elétrica do Estado do Tocantins – CELTINS, ambas controladas pela REDE ENERGIA S.A. É, ainda, membro suplente do Conselho Fiscal da Empresa de Eletricidade Vale Paranapanema S.A, controladora da REDE ENERGIA S.A.

Osmar José Vicchiatti - É membro suplente dos conselhos fiscais de Centrais Elétricas do Pará S.A – CELPA (Cia Aberta) e da Centrais Elétricas Matogrossenses S.A – CEMAT (Cia Aberta), e membro efetivo do conselho fiscal da Empresa de Eletricidade Vale Paranapanema S.A, controladora da REDE ENERGIA S.A.

Annibal Ribeiro do Valle Filho - É membro suplente dos Conselhos Fiscais de Centrais Elétricas do Pará S.A - CELPA (Cia Aberta), controlada pela QMRA – Participações S.A e REDE ENERGIA S.A; Centrais Elétricas Matogrossenses S.A – CEMAT e da Companhia de Energia Elétrica do Estado do Tocantins – CELTINS, ambas controladas pela REDE ENERGIA S.A, e ainda, membro efetivo do Conselho Fiscal da Empresa de Eletricidade Vale Paranapanema S.A., controladora da REDE ENERGIA S.A.

Antonio Carlos de Paula - É Membro Efetivo do Conselho Fiscal da Centrais Elétricas do Pará S.A – CELPA (Cia Aberta), controlada pela QMRA – Participações S.A e REDE ENERGIA S.A; e da Companhia de Energia Elétrica do Estado do Tocantins – CELTINS, controlada pela REDE ENERGIA S.A, sendo membro suplente dos Conselhos Fiscais de Centrais Elétricas Matogrossenses S.A.- CEMAT (Cia Aberta), também controlada pela REDE ENERGIA S.A e Empresa de Eletricidade Vale Paranapanema S/A, controladora da REDE ENERGIA S.A.

Marcos de Jesus Costa – É membro do Conselho de Administração da Companhia Nacional de Energia Elétrica, controlada da REDE ENERGIA S.A.

Kleber Cimini Lage - É membro efetivo dos conselhos fiscais da Centrais Elétricas do Pará S.A – CELPA (Cia Aberta), controlada pela QMRA



Participações S.A e REDE ENERGIA S.A, da Centrais Elétricas Matogrossenses S.A – CEMAT (Cia Aberta), da Companhia de Energia Elétrica do Estado do Tocantins – CELTINS, todas controladas pela REDE ENERGIA S.A

Não aplicável aos membros do conselho fiscal, Srs. Otmar Mário Brull, Rafael Costa Strauch e Marcelo Marcolino.

c. caso seja relevante, fornecedor, cliente, devedor ou credor do emissor, de sua controlada ou controladoras ou controladas de alguma dessas pessoas

Resposta: Não aplicável para os membros indicados como Conselheiros Administrativos da Emissora e Conselheiros Fiscais da Emissora.

4. REMUNERAÇÃO DOS ADMINISTRADORES

(Conforme informações do item 13 do
Formulário de Referência da Instrução CVM 480/09)
(Valores expressos em milhares de reais)

13. Remuneração dos administradores

13.1. Descrever a política ou prática de remuneração do conselho de administração, da diretoria estatutária e não estatutária, do conselho fiscal, dos comitês estatutários e dos comitês de auditoria, de risco, financeiro e de remuneração, abordando os seguintes aspectos:

- a. objetivos da política ou prática de remuneração

Resposta: A prática de remuneração do conselho de administração, da diretoria estatutária e do conselho fiscal, adotada pela Companhia, objetiva atrair e reter profissionais qualificados e com experiência na área de distribuição, geração e comercialização de energia elétrica, bem como, incentivar o cumprimento dos objetivos e metas, proporcionando um alinhamento com os interesses da Companhia.

Leva em consideração as responsabilidades de cada membro, o tempo dedicado às suas funções, sua competência e reputação profissional e o valor dos seus serviços no mercado.

Para o exercício de 2010, a Companhia propõe o montante global de até R\$5.212.000,00 para remuneração dos administradores da Companhia, a ser segregado da seguinte forma:

(i) De até R\$1.800.000,00 para o Conselho de Administração e Comitê de Gestão, sendo R\$1.500.000,00 correspondente à remuneração fixa e o valor de R\$300.000,00 referentes aos encargos.

(ii) De até R\$3.172.000,00 para a Diretoria Executiva, sendo R\$1.560.000,00 correspondente à remuneração fixa, R\$1.000.000,00, correspondente à

remuneração variável, R\$100.000,00 referente à benefícios e o valor de R\$512.000,00 referentes aos encargos.

(iv) De até R\$240.000,00 para o Conselho Fiscal, sendo R\$200.000,00 correspondente à remuneração fixa e o valor de R\$40.000,00 referentes aos encargos, observado o disposto no artigo 162, Parágrafo 3º da Lei 6.404/76.

b. composição da remuneração, indicando:

i. descrição dos elementos da remuneração e os objetivos de cada um deles

Resposta: A Companhia adota um modelo de remuneração composto por: (i) remuneração fixa, composta por honorários mensais; (ii) remuneração variável, que é o honorário calculado de acordo com os indicadores de performance individual e da Companhia, e, (iii) benefícios, com os quais a Companhia procura atrair e reter os melhores talentos e retribuir a competência de seus administradores. .

ii. qual a proporção de cada elemento na remuneração total

Resposta:

Conselho de Administração e Comitê de Gestão: 34,54% da Remuneração Total, sendo: (i) 28,78% remuneração fixa; e, (ii) 5,76% Encargos.

Diretoria: 60,86% da Remuneração Total, sendo: (i) honorários:29.93%; (ii) remuneração variável: 19,19%; (iii) Benefícios: 1,92%; e, (iv) Encargos: 9,82%.

Conselho Fiscal: 4,6% da Remuneração Total, sendo: (i) 3,8% remuneração fixa; e, (ii) 0,8% Encargos.

iii. metodologia de cálculo e de reajuste de cada um dos elementos da remuneração

Resposta: Os membros do Conselho de Administração, do Comitê de Gestão e do Conselho Fiscal recebem honorários fixos mensais. Para o Conselho Fiscal, informamos que os conselheiros suplentes não recebem honorários, a não ser na hipótese de substituírem o conselheiro titular a que estão vinculados. O reajuste da remuneração dos membros do Conselho de Administração, do Comitê de Gestão e do Conselho Fiscal é feito com base em práticas de mercado.

A proposta de remuneração para a Diretoria Estatutária e seu reajuste baseia-se em práticas de mercado.

iv. razões que justificam a composição da remuneração

Resposta: A remuneração da Companhia considera as responsabilidades de cada cargo e esta baseada nas práticas de mercado e nos valores pagos para profissionais que exercem funções e cargos equivalentes, visando a retenção dos melhores profissionais.

c. principais indicadores de desempenho que são levados em consideração na determinação de cada elemento da remuneração

Resposta: A remuneração dos membros do Conselho de Administração, do Comitê de Gestão e do Conselho Fiscal da Companhia é fixa e não considera indicadores de desempenho.

A remuneração variável dos Diretores Estatutários é definida com base em metas alinhadas com o plano estratégico da Companhia e performance do negócio. A mensuração está ligada ao resultado econômico da Companhia apurado nos exercícios sociais, e cumprimento de metas para indicadores de qualidade, satisfação dos clientes, Acionistas e colaboradores.

d. como a remuneração é estruturada para refletir a evolução dos indicadores de desempenho

Resposta: Os honorários do Conselho de Administração e do Conselho Fiscal são revisados anualmente conforme práticas de mercado e definidos pela Assembleia Geral Ordinária de Acionistas da Companhia.

Apenas a remuneração variável dos Diretores Estatutários é baseada em metas quantitativas, as quais refletem a evolução dos indicadores de desempenho da Companhia. A avaliação é feita por meio do resultado econômico e leva em conta o índice de evolução e satisfação dos indicadores de qualidade descritos no item “c”.

- e. como a política ou prática de remuneração se alinha aos interesses do emissor de curto, médio e longo prazo

Resposta: A prática de remuneração dos diretores estatutários está alinhada aos interesses da Companhia e por estar atrelada aos indicadores de desempenho, satisfação dos clientes, imagem da Companhia e responsabilidade social agregam valor econômico e consolidam a gestão da Companhia. .

- f. existência de remuneração suportada por subsidiárias, controladas ou controladores diretos ou indiretos

Resposta: Com o objetivo de manter o alinhamento das diretrizes de governança corporativa e estratégias, os Diretores da Companhia exercem cargos estatutários nas sociedades por ela controladas e são remunerados por tais atribuições.

- g. existência de qualquer remuneração ou benefício vinculado à ocorrência de determinado evento societário, tal como a alienação do controle societário do emissor

Resposta: Não há remuneração ou benefício vinculado à ocorrência de determinado evento societário.

13.2. Em relação à remuneração reconhecida no resultado dos 3 últimos exercícios sociais e à prevista para o exercício social corrente do conselho de

administração, da diretoria estatutária e do conselho fiscal, elaborar tabela com o seguinte conteúdo:

Remuneração reconhecida no resultado do exercício de 2009 (R\$ mil)				
a. Órgão	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
b. Número de Membros	9	6	5	20
c.i. Remuneração fixa anual	790.000,00	-	72.000,00	862.000,00
Salário ou Pró-labore	790.000,00	-	72.000,00	862.000,00
Benefícios diretos e indiretos	-	-	-	-
Remuneração por participação em comitês	-	-	-	-
Outros	-	-	-	-
c.ii. Remuneração variável	-	-	-	-
Bônus	-	-	-	-
Participação nos resultados	-	-	-	-
Remuneração por participação em reuniões	-	-	-	-
Comissões	-	-	-	-
Outros	-	-	-	-
c.iii. Benefícios pós-emprego	-	-	-	-
c.iv. Benefícios motivados pela cessação do exercício do cargo	-	-	-	-
c.v. Remuneração baseada em ações	-	-	-	-
d. Valor da remuneração por cada Órgão	-	-	-	-
e. Total da remuneração dos Órgãos	790.000,00	-	72.000,00	862.000,00

Remuneração prevista para o Exercício de 2010 (R\$ mil)				
a. Órgão	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
b. Número de Membros	9	7	5	21
c.i. Remuneração fixa anual	1.500.000,00	1.660.000,00	200.000,00	3.360.000,00
Salário ou Pró-labore	1.500.000,00	1.560.000,00	200.000,00	3.260.000,00
Benefícios diretos e indiretos	-	100.000,00	-	100.000,00
Remuneração por participação em comitês	-	-	-	-
Outros	-	-	-	-
c.ii. Remuneração variável	-	1.000.000,00	-	1.000.000,00
Bônus	-	1.000.000,00	-	1.000.000,00
Participação nos resultados	-	-	-	-
Remuneração por participação em reuniões	-	-	-	-
Comissões	-	-	-	-
Outros	-	-	-	-
c.iii. Benefícios pós-emprego	-	-	-	-
c.iv. Benefícios motivados pela cessação do exercício do cargo	-	-	-	-
c.v. Remuneração baseada em ações	-	-	-	-
d. Valor da remuneração por cada Órgão	-	-	-	-
e. Total da remuneração dos Órgãos	1.500.000,00	2.660.000,00	200.000,00	4.360.000,00

13.3. Em relação à remuneração variável dos 3 últimos exercícios sociais e à prevista para o exercício social corrente do conselho de administração, da diretoria estatutária e do conselho fiscal, elaborar tabela com o seguinte conteúdo:

Resposta: O Conselho de Administração e o Conselho Fiscal da Companhia não possuem remuneração variável. A Diretoria Estatutária da Rede Energia não recebeu nenhuma remuneração durante o exercício de 2009. A seguir tabela indicando a remuneração variável proposta para o exercício de 2010. Os Diretores Estatutários da Rede receberam remuneração por empresas controladas conforme informado no item 13.15.

Remuneração Variável prevista para o Exercício de 2010 (R\$ mil)				
a. Órgão	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
b. Número de Membros	9	7	5	21
c. em relação ao Bônus			-	
(i) valor mínimo no plano de remuneração		280.000,00	-	
(ii) valor máximo previsto no plano de remuneração	-	720.000,00	-	
(iii) valor previsto no plano caso as metas estabelecidas sejam atendidas	-	-	-	
(iv) valor efetivamente reconhecido no resultado dos três últimos exercícios sociais	-	-	-	
d. em relação à participação no resultado	-	-	-	
(i) valor mínimo previsto no plano de remuneração	-	-	-	
(ii) valor máximo previsto no plano de remuneração	-	-	-	-
(iii) valor previsto no plano de remuneração, caso as metas fossem atingidas	-	-	-	-
(iv) valor efetivamente reconhecido nos três últimos exercícios sociais.	-	-	-	-

13.4. Em relação ao plano de remuneração baseado em ações do conselho de administração e da diretoria estatutária, em vigor no último exercício social e previsto para o exercício social corrente, descrever:

- a. termos e condições gerais
- b. principais objetivos do plano
- c. forma como o plano contribui para esses objetivos
- d. como o plano se insere na política de remuneração do emissor
- e. como o plano alinha os interesses dos administradores e do emissor a curto, médio e longo prazo
- f. número máximo de ações abrangidas
- g. número máximo de opções a serem outorgadas
- h. condições de aquisição de ações

- i. critérios para fixação do preço de aquisição ou exercício
- j. critérios para fixação do prazo de exercício
- k. forma de liquidação
- l. restrições à transferência das ações
- m. critérios e eventos que, quando verificados, ocasionarão a suspensão, alteração ou extinção do plano
- n. efeitos da saída do administrador dos órgãos do emissor sobre seus direitos previstos no plano de remuneração baseado em ações

Resposta: Não aplicável em razão da Companhia não possuir plano de remuneração baseado em ações.

13.5. Informar a quantidade de ações ou cotas direta ou indiretamente detidas, no Brasil ou no exterior, e outros valores mobiliários conversíveis em ações ou cotas, emitidos pelo emissor, seus controladores diretos ou indiretos, sociedades controladas ou sob controle comum, por membros do conselho de administração, da diretoria estatutária ou do conselho fiscal, agrupados por órgão, na data de encerramento do último exercício social

Ações detidas pelos Administradores em 31/12/2009.						
Órgão	Conselho de Administração		Conselho Fiscal		Diretoria Estatutária	
Companhia	ON	41.510	ON	15	ON	5
	PN	766	PN	10	PN	0
Controladoras						
EEVP	ON	4.514.884	ON	0	ON	79
	PN	32	PN	0	PN	0
DENERGE	ON	91.755.080	ON	0	ON	2.026
	PN	21.240.852	PN	0	PN	9.971.273
Controladas						
CELPA	ON	2	ON	0	ON	0
	PN	4	PN	0	PN	1
CEMAT	ON	94	ON	0	ON	1
	PN	3	PN	0	PN	0
ENERSUL	ON	4	ON	0	ON	1

13.6. Em relação à remuneração baseada em ações reconhecida no resultado dos 3 últimos exercícios sociais e à prevista para o exercício social corrente, do conselho de administração e da diretoria estatutária, elaborar tabela com o seguinte conteúdo:

- a. órgão
- b. número de membros
- c. em relação a cada outorga de opções de compra de ações:
 - i. data de outorga
 - ii. quantidade de opções outorgadas
 - iii. prazo para que as opções se tornem exercíveis
 - iv. prazo máximo para exercício das opções
 - v. prazo de restrição à transferência das ações
 - vi. preço médio ponderado de exercício de cada um dos seguintes grupos de opções:
 - em aberto no início do exercício social
 - perdidas durante o exercício social
 - exercidas durante o exercício social
 - expiradas durante o exercício social
- d. valor justo das opções na data de outorga
- e. diluição potencial em caso de exercício de todas as opções outorgadas

Resposta: Não aplicável em razão da Companhia não possuir plano de remuneração baseado em ações.

13.7. Em relação às opções em aberto do conselho de administração e da diretoria estatutária ao final do último exercício social, elaborar tabela com o seguinte conteúdo:

- a. órgão
- b. número de membros
- c. em relação às opções ainda não exercíveis

- i. quantidade
 - ii. data em que se tornarão exercíveis
 - iii. prazo máximo para exercício das opções
 - iv. prazo de restrição à transferência das ações
 - v. preço médio ponderado de exercício
 - vi. valor justo das opções no último dia do exercício social
- d. em relação às opções exercíveis
- i. quantidade
 - ii. prazo máximo para exercício das opções
 - iii. prazo de restrição à transferência das ações
 - iv. preço médio ponderado de exercício
 - v. valor justo das opções no último dia do exercício social
 - vi. valor justo do total das opções no último dia do exercício social

Resposta: Não aplicável em razão da Companhia não possuir plano de remuneração baseado em ações.

13.8. Em relação às opções exercidas e ações entregues relativas à remuneração baseada em ações do conselho de administração e da diretoria estatutária, nos 3 últimos exercícios sociais, elaborar tabela com o seguinte conteúdo:

- a. órgão
- b. número de membros
- c. em relação às opções exercidas informar:
 - i. número de ações
 - ii. preço médio ponderado de exercício
 - iii. valor total da diferença entre o valor de exercício e o valor de mercado das ações relativas às opções exercidas
- d. em relação às ações entregues informar:
 - i. número de ações

- ii. preço médio ponderado de aquisição
- iii. valor total da diferença entre o valor de aquisição e o valor de mercado das ações adquiridas

Resposta: Não aplicável em razão da Companhia não possuir plano de remuneração baseado em ações.

13.9. Descrição sumária das informações necessárias para a compreensão dos dados divulgados nos itens 13.6 a 13.8, tal como a explicação do método de precificação do valor das ações e das opções, indicando, no mínimo:

- a. modelo de precificação
- b. dados e premissas utilizadas no modelo de precificação, incluindo o preço médio ponderado das ações, preço de exercício, volatilidade esperada, prazo de vida da opção, dividendos esperados e a taxa de juros livre de risco
- c. método utilizado e as premissas assumidas para incorporar os efeitos esperados de exercício antecipado
- d. forma de determinação da volatilidade esperada
- e. se alguma outra característica da opção foi incorporada na mensuração de seu valor justo

Resposta: Não aplicável em razão da Companhia não possuir plano de remuneração baseado em ações.

13.10. Em relação aos planos de previdência em vigor conferidos aos membros do conselho de administração e aos diretores estatutários, fornecer as seguintes informações em forma de tabela:

- a. órgão
- b. número de membros
- c. nome do plano
- d. quantidade de administradores que reúnem as condições para se aposentar
- e. condições para se aposentar antecipadamente
- f. valor atualizado das contribuições acumuladas no plano de previdência até o encerramento do último exercício social, descontada a parcela relativa a contribuições feitas diretamente pelos administradores
- g. valor total acumulado das contribuições realizadas durante o último exercício social, descontada a parcela relativa a contribuições feitas diretamente pelos administradores
- h. se há a possibilidade de resgate antecipado e quais as condições

Planos de Previdência em Vigor			
a. Órgão	Conselho de Administração	Conselho Fiscal	Diretoria Estatutária
b. N. Membros	-	-	-
c. Nome do Plano	-	-	-
d. Quantidade de Administradores que reúnem as condições para se aposentar	-	-	-
e. condições para se aposentar antecipadamente	-	-	-
f. valor atualizado das contribuições acumuladas no plano de previdência até o encerramento do último exercício social, descontada a parcela relativa a contribuições feitas diretamente pelos administradores	-	-	-
g. valor total acumulado das contribuições realizadas durante o último exercício social, descontada a parcela relativa a contribuições feitas diretamente pelos administradores	-	-	-
h. se há a possibilidade de resgate antecipado e quais as condições	-	-	-

13.11. Em forma de tabela, indicar, para os 3 últimos exercícios sociais, em relação ao conselho de administração, à diretoria estatutária e ao conselho fiscal:

- a. órgão
- b. número de membros
- c. valor da maior remuneração individual
- d. valor da menor remuneração individual
- e. valor médio de remuneração individual

Em relação ao Exercício de 2009 (Valores Anuais):

Conselho de Administração

Nº Membros	Valor da Maior Remuneração Individual	Valor da Menor Remuneração Individual	Valor Médio de Remuneração Individual

9	180.000,00	66.000,00	123.000,00
---	------------	-----------	------------

Diretoria Estatutária

Nº Membros	Valor da Maior Remuneração Individual	Valor da Menor Remuneração Individual	Valor Médio de Remuneração Individual
7 (*)	-	-	-

(*) São 6 membros em exercício e um cargo vago.

Conselho Fiscal

Nº Membros	Valor da Maior Remuneração Individual	Valor da Menor Remuneração Individual	Valor Médio de Remuneração Individual
5	18.000,00	18.000,00	18.000,00

Em relação à Proposta para o Exercício de 2010 (Valores Anuais):

Conselho de Administração

Nº Membros	Valor da Maior Remuneração Individual	Valor da Menor Remuneração Individual	Valor Médio de Remuneração Individual
9	180.000,00	120.000,00	150.000,00

Diretoria Estatutária

Nº Membros	Valor da Maior Remuneração Individual	Valor da Menor Remuneração Individual	Valor Médio de Remuneração Individual
7 (*)	480.000,00	240.000,00	360.000,00

(*) São 6 membros em exercício e um cargo vago

(**) A proposta de remuneração variável (Bônus) é de até R\$1.000.000,00 e será distribuída conforme critérios descritos neste item 13.

Conselho Fiscal

Nº Membros	Valor da Maior Remuneração Individual	Valor da Menor Remuneração Individual	Valor Médio de Remuneração Individual

5	36.000,00	36.000,00	36.000,00
---	-----------	-----------	-----------

13.12. Descrever arranjos contratuais, apólices de seguros ou outros instrumentos que estruturam mecanismos de remuneração ou indenização para os administradores em caso de destituição do cargo ou de aposentadoria, indicando quais as consequências financeiras para o emissor

Resposta: Não aplicável.

13.13. Em relação aos 3 últimos exercícios sociais, indicar o percentual da remuneração total de cada órgão reconhecida no resultado do emissor referente a membros do conselho de administração, da diretoria estatutária ou do conselho fiscal que sejam partes relacionadas aos controladores, diretos ou indiretos, conforme definido pelas regras contábeis que tratam desse assunto

Exercício de 2009 (R\$ mil)			
Órgão	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal
Percentual da Remuneração Total	91,65%	-	8,35%

13.14. Em relação aos 3 últimos exercícios sociais, indicar os valores reconhecidos no resultado do emissor como remuneração de membros do conselho de administração, da diretoria estatutária ou do conselho fiscal, agrupados por órgão, por qualquer razão que não a função que ocupam, como por exemplo, comissões e serviços de consultoria ou assessoria prestados

Resposta: Não aplicável.

13.15. Em relação aos 3 últimos exercícios sociais, indicar os valores reconhecidos no resultado de controladores, diretos ou indiretos, de sociedades sob controle comum e de controladas do emissor, como remuneração de membros do conselho de administração, da diretoria estatutária ou do conselho fiscal do emissor, agrupados por órgão, especificando a que título tais valores foram atribuídos a tais indivíduos

Resposta:

Remuneração reconhecida no resultado de controladores comum do exercício de 2009 (R\$)

Empresa Energética de Mato Grosso do Sul - Enersul	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
Remuneração Fixa	108.000,00	1.080.000,00	-	1.188.000,00
Centrais Elétricas do Pará S.A.- Celpa	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
Remuneração fixa	144.000,00	300.000,00	51.000,00	495.000,00

Centrais Elétricas Matogrossenes S.A. – CEMAT	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
Remuneração fixa	420.000,00	-	12.520,00	512.520,00

13.16. Fornecer outras informações que o emissor julgue relevantes

Resposta: Não aplicável

5. REFORMA DO ESTATUTO SOCIAL

(Nos termos do Art. 11 da Instrução 481/2009)

A Administração da Companhia propõe a alteração do *caput* do artigo 19, do Parágrafo 2º do Artigo 20 e dos parágrafos 1º ao 7º do artigo 21 do Estatuto Social, a fim de adequar os cargos da Diretoria Executiva, conforme alterações que seguem destacadas.

Informamos que as alterações são destacadas da seguinte forma: (a) em vermelho e tachado para exclusões, e (b) em azul para inclusões propostas.

I – DAS ALTERAÇÕES PROPOSTAS:

“Seção II – Diretoria

Artigo 19 A Diretoria será composta de até ~~76~~ **76** (~~sete~~**sete**) membros, acionistas ou não, ~~mas~~ residentes no país, sendo 1 (um) Diretor Presidente, 1 (um) Diretor Vice-~~p~~**Presidente de Regulação**~~Executivo~~, 1 (um) Diretor **Vice-presidente** Administrativo e Financeiro, 1 (um) Diretor **Vice-presidente** de Distribuição, 1 (um) Diretor **Vice-presidente** Jurídico e de **Gestão de Pessoas**, ~~de Produção e Transmissão e~~ 1 (um) Diretor **Vice-presidente de Gestão de Energia e Gerente** 1 (um) **Diretor de Projetos Especiais**, todos eleitos pelo Conselho de Administração.

Parágrafo 1º Nos impedimentos ou ausências temporárias de um Diretor, o Diretor impedido ou ausente será substituído por outro Diretor indicado pela Diretoria, que acumulará interinamente as funções do substituído.

Parágrafo 2º Em caso de vacância no cargo de Diretor, proceder-se-á da mesma forma estabelecida neste artigo, perdurando a substituição interina até a primeira reunião do Conselho de Administração que se realizar, servindo o substituto então eleito até o término do mandato do substituído.

Artigo 20 A Diretoria reunir-se-á, sempre que convocada por qualquer de seus membros, com 24 (vinte e quatro) horas de antecedência, devendo constar da convocação a ordem do dia. Independentemente de convocação, serão válidas as reuniões da Diretoria que contarem com a presença da totalidade dos membros em exercício.

Parágrafo 1º As reuniões da Diretoria somente serão instaladas, em primeira convocação, com a presença da maioria de seus membros e, em segunda convocação, com qualquer número de Diretores.

Parágrafo 2º As reuniões da Diretoria serão instaladas e presididas pelo Diretor Presidente, ou, na sua ausência, por um Diretor Vice-presidente ~~Executivo~~ por ele designado, ou na ausência deste, por um Diretor eleito pelos demais. As deliberações da Diretoria serão tomadas por maioria de votos. Em caso de empate, o Diretor Presidente terá o voto de qualidade.

Parágrafo 3º Em todas as reuniões da Diretoria será admitido que o Diretor ausente seja representado por um de seus pares, para formação de *quorum* de instalação ou de deliberação; e, igualmente, serão admitidos votos por carta, telefax ou *e-mail*, desde que recebidos até o momento da reunião.

Artigo 21 Além dos que forem necessários à realização dos fins sociais e ao regular funcionamento da sociedade, a Diretoria fica investida de poderes para transigir, renunciar, desistir, firmar compromissos, contrair obrigações, confessar dívidas e fazer acordos, adquirir, alienar e onerar bens móveis e imóveis, nas condições deste Estatuto. Compete, especialmente, à Diretoria:

- a) apresentar à Assembléia Geral o relatório da Administração e as Demonstrações Financeiras previstas em lei, depois de submetidas ao parecer do Conselho de Administração e do Conselho Fiscal;
- b) fixar, com base na orientação do Conselho de Administração, a política comercial e financeira da sociedade;
- c) propor à Assembléia Geral a destinação dos lucros do exercício, observadas as disposições legais e as deste Estatuto;
- d) deliberar sobre alteração do endereço da sede social, instalação, transferência ou extinção de filiais, agências, escritórios e outras dependências da sociedade; e
- e) representar a sociedade ativa e passivamente, judicial e extra-judicialmente, respeitadas as condições do artigo 22, infra.

Parágrafo 1º Compete, especialmente, ao Diretor Presidente:

- ~~a) a supervisão geral das áreas técnica, econômica, administrativa e financeira, de forma a assegurar o desenvolvimento normal das atividades sociais e o atendimento às zonas de concessão;~~
- ~~b) supervisão e orientação da representação da sociedade em suas relações com o Poder Concedente, órgãos públicos federais, estaduais e municipais e respectivas autoridades, instituições financeiras, entidades de classe e terceiros, respeitado o disposto neste Estatuto.~~
- a) dirigir todos os negócios e a administração geral da Sociedade, exercer as demais atribuições que lhe forem conferidas por este Estatuto ou pelo Conselho de Administração;
- b) a gestão da área de auditoria interna;

- c) a orientação da representação da Sociedade em suas relações com órgãos públicos federais, estaduais e municipais e respectivas autoridades, instituições financeiras, entidades de classe e terceiros, respeitado o disposto neste Estatuto;
- d) convocar e presidir as reuniões da Diretoria;
- e) coordenar as atividades dos demais Diretores, observadas as atribuições específicas previstas neste Estatuto Social;
- f) definir a repartição de competências dos demais Diretores nas áreas não mencionadas neste Estatuto;
- g) designar seu substituto nas suas ausências e impedimentos;
- h) dirigir e liderar o desenvolvimento da estratégia corporativa da Companhia e de suas controladas;
- i) dar cumprimento aos acordos de acionistas arquivados na sede da Sociedade naquilo que lhe couber;
- j) guardar os livros societários e zelar pela regularidade dos assentamentos neles feitos;
- k) supervisionar os serviços realizados pela instituição financeira depositária das ações relativas ao quadro acionário, tais como, sem se limitar, o pagamento de dividendos e bonificações, compra, venda e transferência de ações; e
- l) zelar pelo cumprimento das regras de Governança Corporativa, das disposições estatutárias e legais relacionadas ao mercado de valores mobiliários.

Parágrafo 2º Compete, especialmente, ao Diretor **Vice-presidente** de Regulação **Executivo**:

- ~~a) auxiliar o Diretor Presidente na supervisão geral das áreas técnica, econômica, administrativa e financeira;~~
 - ~~b) auxiliar o Diretor Presidente na supervisão e orientação da representação da sociedade em suas relações com o Poder Concedente, órgãos públicos federais, estaduais e municipais e respectivas autoridades, instituições financeiras, entidades de classe e terceiros, respeitado o disposto neste Estatuto; e~~
 - ~~c) substituir e/ou representar o Diretor Presidente nas suas ausências e impedimentos.~~
- a) a gestão e orientação institucional da Sociedade com objetivo de atender às normas e regras do órgão regulador de energia elétrica e à legislação correlata;
 - b) o acompanhamento, análise e divulgação dos atos normativos ligados ao Setor Elétrico Brasileiro;
 - c) a representação da Sociedade perante o órgão regulador de energia elétrica;
 - d) a gestão de ativos da companhia e de suas controladas; e
 - e) exercer funções específicas que lhe forem atribuídas pelo Diretor Presidente ou pelo Conselho de Administração.

Parágrafo 3º Compete, especialmente, ao Diretor **Vice-presidente** Administrativo e Financeiro:

- ~~a) a supervisão de toda a área administrativa e econômica da sociedade;~~
- ~~b) a coordenação da programação de investimentos, projeção e controle de receitas e despesas, custo de serviços, quadro de pessoal, política tarifária e estudos de mercado;~~
- ~~c) a supervisão e controle das contas bancárias e da aplicação dos recursos financeiros disponíveis no mercado de capitais;~~

- ~~d) a supervisão do cumprimento do Decreto-Lei n. 1497/76, dando conhecimento às Municipalidades dos montantes correspondentes às respectivas participações em ações da sociedade;~~
 - ~~e) a supervisão dos serviços contratados com a instituição financeira depositária das ações relativas ao quadro acionário, compreendendo o pagamento de dividendos e bonificações aprovadas pelas Assembléias Gerais, compras, vendas e transferências de ações e cumprimento das demais obrigações legais e estatutárias pertinentes;~~
 - ~~f) a responsabilidade pela guarda dos livros societários e pela regularidade dos assentamentos feitos nos mesmos;~~
 - ~~g) a coordenação de compras e almoxarifado;~~
 - ~~h) manter o relacionamento entre a sociedade e as autoridades públicas locais, acionistas e usuários de seus serviços, entidades de classes e outras;~~
 - ~~i) acompanhar a execução de todos os trabalhos e serviços de interesse da sociedade, aprovados pela Diretoria;~~
 - ~~j) manter controle sobre o quadro funcional, zelando pela sua disciplina e bem-estar e pelas relações trabalhistas, supervisionando também as promoções sociais, a concessão de bolsas de estudo, auxílios e assistência em geral;~~
 - ~~k) zelar pelos bens imobiliários da sociedade, providenciando o que for necessário para o seu bom uso e conservação.~~
- a) dirigir e coordenar a gestão das atividades financeiras e administrativas da Sociedade;
 - b) a análise e realização de investimentos e definição dos limites de exposição a risco;
 - c) a propositura e contratação de empréstimos e financiamentos, operações de tesouraria, planejamento e controle financeiro e tributário;
 - d) a gestão e controle das contas bancárias e da aplicação dos recursos financeiros disponíveis no mercado de capitais;
 - e) supervisionar a elaboração e execução dos orçamentos anuais;
 - f) a projeção e controle de receitas e despesas, custo de serviços, de pessoal e estudos de mercado;
 - g) a gestão das atividades inerentes à contabilidade da companhia e de suas controladas;
 - h) controlar a posição patrimonial da Sociedade, atendidos os requisitos contábeis, financeiros e legais; e
 - i) exercer funções específicas que lhe forem atribuídas pelo Diretor Presidente ou pelo Conselho de Administração.

Parágrafo 4º Compete, especialmente, ao Diretor **Vice-presidente** de Distribuição:

- ~~a) a supervisão das atividades de planejamento, de operação e de manutenção dos sistemas de distribuição de energia elétrica, zelando pela continuidade, qualidade e redução dos custos operacionais;~~
 - ~~b) a supervisão das atividades de elaboração de projetos básicos e de execução de obras dos sistemas de distribuição de energia elétrica;~~
 - ~~e) a supervisão das atividades de comercialização de energia elétrica, zelando pelo bom atendimento dos serviços prestados aos usuários.~~
- a) dirigir e administrar a distribuição de energia elétrica, aprovar a elaboração e aplicação das políticas e procedimentos de atendimento técnico e Comercial aos usuários de energia e clientes, responder pelo planejamento, operação e manutenção do sistema

elétrico de engenharia e pela gestão comercial da Companhia e de suas controladas, observados os padrões adequados de rentabilidade empresarial, limites de custeio, inadimplência, perdas técnicas e comerciais e os padrões de qualidade definidos pelo Poder Concedente;

- b) dirigir o programa de investimentos em distribuição de energia elétrica e seus resultados operacionais;
- c) dirigir e coordenar a área de segurança do trabalho e zelar pelo cumprimento da legislação a ela relativa; e
- d) exercer funções específicas que lhe forem atribuídas pelo Diretor Presidente ou pelo Conselho de Administração.

Parágrafo 5º Compete, especialmente, ao Diretor Vice-presidente Jurídico e de Gestão de Pessoas ~~de Produção e Transmissão:~~

- ~~a) a supervisão das atividades de planejamento, de operação e de manutenção dos sistemas de geração, transmissão e transformação de energia elétrica e de telecomunicações, zelando pela continuidade, qualidade e redução dos custos operacionais;~~
- ~~b) a supervisão das atividades de elaboração de estudos e projetos elétricos, energéticos, ambientais, equipamentos e instalações;~~
- ~~c) a supervisão das atividades de realização de inventários energéticos e de fontes alternativas de energia;~~
- ~~d) a supervisão das atividades de construção de obras e serviços de expansão, melhoria dos sistemas de potência e de telecomunicações, padronização de materiais e equipamentos de usinas, subestações e linhas de transmissão.~~

- a) a gestão e supervisão da área jurídica e da área de gestão de pessoas da Sociedade;
- b) orientar a defesa da Sociedade em juízo e fora dele;
- c) orientar o exercício de seus direitos, na assunção e liquidação de obrigações;
- d) aconselhar a Sociedade no cumprimento da lei, na análise de riscos, na tomada de decisões e no implemento das decisões tomadas;
- e) contratar, dispensar e supervisionar os serviços externos prestados por profissionais do Direito;
- f) dirigir e controlar o quadro funcional, as contratações e demissões de pessoas, as promoções funcionais, os treinamentos e os programas de desenvolvimento;
- g) orientar e conduzir as negociações sindicais,
- h) dirigir e controlar a concessão de benefícios funcionais e zelar saúde ocupacional, pela disciplina interna e pelo bom clima organizacional; e
- i) exercer funções específicas que lhe forem atribuídas pelo Diretor Presidente ou pelo Conselho de Administração.

Parágrafo 6º Compete, especialmente, ao Diretor Vice-presidente de Gestão de Energia ~~Gerente, colaborar com os demais Diretores no exercício de suas funções e exercer funções específicas que lhe forem atribuídas pelo Conselho de Administração. :~~

- a) a gestão e o planejamento da compra, da venda de energia e das operações envolvendo comercialização de energia da Sociedade, zelando pela exposição adequada e conservadora aos riscos do mercado elétrico;

- b) planejar e administrar o atendimento comercial dos usuários de energia e clientes, desenvolver e ofertar serviços de valor agregado para grandes clientes e zelar pela satisfação dos usuários de energia e clientes de forma geral;
- c) representar a Sociedade perante associações e instituições ligadas ao Setor Elétrico;
- d) acompanhar as normas relativas à comercialização de energia e divulgá-las internamente;
- e
- e) exercer funções específicas que lhe forem atribuídas pelo Diretor Presidente ou pelo Conselho de Administração.

Parágrafo 7º Compete, especialmente, ao Diretor Vice-presidente de Projetos Especiais:

- a) a gestão, o planejamento e a implantação de projetos especiais que assim sejam definidos pelo Diretor Presidente ou pelo Conselho de Administração; e
- b) exercer outras funções específicas que lhe forem atribuídas pelo Diretor Presidente ou pelo Conselho de Administração.

Parágrafo 8º O Conselho de Administração indicará, entre os Diretores eleitos, aquele que desempenhará as funções de Diretor de Relação com Investidores, a quem caberá, dentre outras atribuições:

- a) planejar, coordenar e orientar o relacionamento e a comunicação entre a Sociedade e seus investidores, a Comissão de Valores Mobiliários – CVM e as entidades onde os valores mobiliários da Sociedade sejam admitidos à negociação;
- b) propor diretrizes e normas para as relações com os investidores da Sociedade; e
- c) observar as exigências estabelecidas pela legislação do mercado de capitais em vigor e divulgar ao mercado as informações relevantes sobre a Sociedade e seus negócios, na forma requerida em lei

II. DA ORIGEM E JUSTIFICATIVA

As alterações no Estatuto Social supra mencionadas são propostas em razão da necessidade de ajustes na composição da Diretoria Executiva e a definição detalhada das atribuições dos Diretores, para readequar as funções a serem exercidas e suas competências.

III. DOS EFEITOS JURÍDICOS E ECONÔMICOS

As alterações propostas não alteram ou afetam quaisquer direitos dos acionistas, dizendo respeito, exclusivamente, à estrutura organizacional e à competência dos órgãos de administração da Companhia.